



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE  
CULTURAL LATINO-  
AMERICANA**

**OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO NEGRO (RJ)  
DA LUTA DE RUA À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO DESDE A  
LIDERANÇA DE IVANIR DOS SANTOS (1980 A 2000)**

**VANESSA ANASTÁCIA NOBRE DA SILVA**



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL  
LATINO-AMERICANA**

**OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO NEGRO (RJ)  
DA LUTA DE RUA À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO DESDE A  
LIDERANÇA DE IVANIR DOS SANTOS (1980 A 2000)**

**VANESSA ANASTÁCIA NOBRE DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa

Foz do Iguaçu  
2025

VANESSA ANASTÁCIA NOBRE DA SILVA

**OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO NEGRO (RJ)  
DA LUTA DE RUA À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO DESDE A  
LIDERANÇA DE IVANIR DOS SANTOS (1980 A 2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa  
UNILA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Maria de Souza  
UNILA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ceres Pereira  
UNILA

Foz do Iguaçu, 07 de Julho de 2025.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

**Nome completo da autora:** Vanessa Anastácia Nobre da Silva

**Curso:** Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana

### Tipo de Documento:

- |   |   |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo                         |
| <input type="checkbox"/> especialização       | <input type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado             | <input checked="" type="checkbox"/> monografia          |
| <input type="checkbox"/> doutorado            | <input type="checkbox"/> dissertação                    |
|   | <input type="checkbox"/> tese                           |
|   | <input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais    |
|   | <input type="checkbox"/> _____                          |

Título do trabalho acadêmico: OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO NEGRO (RJ): DA LUTA DE RUA À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO DESDE A LIDERANÇA DE IVANIR DOS SANTOS (1980 A 2000)

Nome do orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa

Data da Defesa: 07/07/2025

### Licença não-exclusiva de Distribuição

A referida autora:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino- Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 07 de Julho de 2025.

Assinatura do Responsável

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e aos Orixás.

Aos meus ancestrais.

À minha família.

Ao professor Ivanir dos Santos.

A todas as pessoas que estiveram ao meu lado agregando apoio, aprendizado e parceria nesta caminhada durante a minha trajetória acadêmica.

*“Exu matou um pássaro  
ontem com uma pedra que só  
jogou hoje”*

***Ditado Iorubá***

*“Minha mãe dizia que eu era muito esperto, muito inteligente, e  
que seria doutor para defendê-la da polícia. De fato, durante  
toda a vida, o que fiz foi lutar por direitos humanos”*

***Ivanir dos Santos***

## RESUMO

Esta monografia investiga a influência do Movimento Negro no Rio de Janeiro, entre 1980 e 2000, na elaboração de políticas públicas de direitos humanos, tomando como referência a liderança de Ivanir dos Santos. Partindo da hipótese que a capacidade de articulação desse líder foi essencial para transformar demandas sociais em políticas de Estado, a pesquisa examina como a mobilização de rua e a organização política do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro contribuíram para o reconhecimento e implementação de políticas nacionais de direitos humanos. Inicia-se o estudo, portanto, com a apresentação da trajetória de Ivanir de Santos, da sua infância como interno no SAM (posteriormente FUNABEM), até a fase adulta como integrante de movimentos sociais. Do ponto de vista teórico e antropológico, as articulações das políticas públicas de Ivanir dos Santos foram discutidas à luz de Ribeiro (1995), Munanga (2008) e González (1988), que tratam a interface entre a Antropologia e o Movimento Negro. Com o estabelecimento dessas bases, foi realizada a pesquisa documental segundo o método proposto por Gil (2002) sobre os registros localizados no Arquivo Nacional e no acervo da Fundação Perseu Abramo, seguido por análise de conteúdo conforme Bardin (2011), complementados por relatos de Ivanir dos Santos que evidenciam o potencial de lideranças comunitárias na construção de políticas sociais, que transcende a retórica e impacta a realidade social. O estudo, então, demonstra que o engajamento ativo do Movimento Social Negro Brasileiro redefiniu fronteiras entre esfera civil e poder público, resultando na institucionalização de direitos historicamente negligenciados.

**Palavras-chave:** antropologia; direitos humanos; políticas públicas; Movimento Negro; Ivanir dos Santos.

## RESUMEN

Esta monografía investiga la influencia del Movimiento Negro en Río de Janeiro, entre 1980 y 2000, en la elaboración de políticas públicas de derechos humanos, tomando como referencia el liderazgo de Ivanir dos Santos. Partiendo de la hipótesis de que la capacidad de articulación de este líder fue esencial para transformar demandas sociales en políticas de Estado, la investigación examina cómo la movilización callejera y la organización política del Movimiento Social Negro en Río de Janeiro contribuyeron al reconocimiento e implementación de políticas nacionales de derechos humanos. Se inicia el estudio, por tanto, con la presentación de la trayectoria de Ivanir dos Santos, desde su infancia como interno en el SAM (posteriormente FUNABEM), hasta su vida adulta como integrante de movimientos sociales. Desde un enfoque teórico y antropológico, las articulaciones de las políticas públicas impulsadas por Ivanir dos Santos fueron analizadas a la luz de Ribeiro (1995), Munanga (2008) y González (1988), quienes abordan la interfaz entre la Antropología y el Movimiento Negro. Con estas bases establecidas, se realizó una investigación documental según el método propuesto por Gil (2002) sobre los registros ubicados en el Archivo Nacional y en la colección documental de la Fundación Perseu Abramo, seguida de un análisis de contenido conforme a Bardin (2011), complementado con relatos de Ivanir dos Santos que evidencian el potencial de los liderazgos comunitarios en la construcción de políticas sociales, trascendiendo la retórica e impactando la realidad. El estudio demuestra, así, que el compromiso activo del Movimiento Social Negro Brasileño redefinió las fronteras entre la sociedad civil y el poder público, resultando en la institucionalización de derechos históricamente negados.

**Palabras-clave:** antropología; derechos humanos; políticas públicas; Movimiento Negro; Ivanir dos Santos.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Figura 1</b> – Cartaz do 1º Encontro de Jovens de Favela e Periferia	19
<b>Figura 2</b> – Ivanir dos Santos na Marcha de 100 anos da abolição da Escravatura	22
<b>Figura 3</b> – Capa do Boletim Especial do CEAP	23
<b>Figura 4</b> – Relatório CEAP	24
<b>Figura 5</b> – Capa da Revista CEAP	25
<b>Figura 6</b> – - Reportagem Jornalística	26
<b>Figura 7</b> – Reportagem Jornal do Brasil	27
<b>Figura 8</b> – Ivanir dos Santos com a deputada Benedita da Silva	35
<b>Figura 9</b> – Informe do Ministério da Previdência e Assistência Social	37
<b>Figura 10</b> – Jornal do Sindicato das Assistentes Sociais	38
<b>Figura 11</b> – Cartaz I da Passeata e Ato Público em defesa do “Menor Abandonado”	39
<b>Figura 12</b> – Cartaz II da Passeata e Ato Público contra a violência ao “Menor Abandonado”	40
<b>Figura 13</b> – Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança	41
<b>Figura 14</b> – Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança	42
<b>Figura 15</b> – Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a vida	44
<b>Figura 16</b> – Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida	44
<b>Figura 17</b> – Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira	46
<b>Figura 18</b> – Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira	47
<b>Figura 19</b> – Lélia González e Abdias do Nascimento na Serra da Barriga, Quilombo dos Palmares/AL.	49
<b>Figura 20</b> – Manifesto de apoio à candidatura de Benedita da Silva à prefeitura	49
<b>Figura 21</b> – II Colóquio sobre Direitos Humanos	53
<b>Figura 22</b> – Registro em Jornal Estadunidense Boston Globe	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>SIGLA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
ASSEAF	Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CEPEF	Colégio Estadual Professor Ernesto Faria
CENPT	Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDDC	Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança
FNB	Frente Negra Brasileira
FUNABEM	Fundação do Bem Estar do Menor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
MG	Minas Gerais
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Pessoal
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNEGRO	União de Negros e Negras pela Igualdade
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	17
2.1 IVANIR DOS SANTOS: TRAJETÓRIA E LIDERANÇA.....	17
2.2 O MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO (1980-2000) .....	19
<b>3 A RELAÇÃO DA ANTROPOLOGIA COM OS MOVIMENTOS NEGROS</b> .....	30
3.1 DARCY RIBEIRO .....	31
3.2 KABENGUELE MUNANGA .....	31
3.3 LÉLIA GONZÁLEZ.....	32
<b>4 EVIDÊNCIAS VISUAIS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS</b> .....	36
4.1 RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) FUNABEM/RJ - ESCOLA JOÃO LUIS ALVES.....	37
4.2 BOLETIM FRENTE NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA (FNDC) NO RIO DE JANEIRO .....	41
4.3 DOCUMENTO DA MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA EM BRASÍLIA.....	44
4.4 DOCUMENTO COM ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO (RJ) .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>ANEXOS</b> .....	53

## 1. INTRODUÇÃO

Peço licença aos meus ancestrais para iniciar esta jornada. Carrego em meu nome composto, Vanessa Anastácia, a força de Santa Anastácia — princesa africana, mulher negra escravizada e símbolo de resistência perante a crueldade da escravização. Meu vínculo ancestral remete à minha avó materna, Maria Barbosa Silva (1935-1987), a quem não tive a honra de conhecer pessoalmente, mas cuja memória me acompanha desde sempre. Ainda na barriga da minha mãe, fui nutrida por seus quitutes, impregnados de afeto e sabores que atravessaram gerações. Ela faleceu no mesmo ano em que eu nasci em 1987, de herança deixou o meu nome – ela era devota de Anastácia. Ao longo dos anos, fui compreendendo a responsabilidade e o orgulho de ser uma mulher negra, habitante do Rio de Janeiro, cuja narrativa familiar se mistura com a história da diáspora africana que reverbera até hoje em nossas favelas e escolas de samba.

Estudei em escolas públicas, como a Escola Municipal General Humberto de Souza Mello (onde tive a primeira referência de professora negra, a Ethiene Solange) e o Colégio Estadual Professor Ernesto Faria (CEPEF). Ingressei na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no curso de Antropologia - Diversidade Cultural Latino- Americana, graças às cotas raciais, via Sistema de Seleção Unificada - SISU, com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A cada disciplina, como por exemplo: “Estudos Afro-Latino-Americanos”, com a professora Angela Souza e “Vozes Afrodiaspóricas da Antropologia”, com o professor Waldemir Rosa, descobri autores, teorias e memórias de reinados africanos que antes me foram negados na escola tradicional.

Passei a entender melhor a dor histórica das populações negras, o significado dos navios negreiros, a importância das religiões de matriz africana e o papel crucial de intelectuais como Lélia González e Carolina Maria de Jesus, frequentemente silenciadas em espaços de poder. Ao mesmo tempo, minha experiência carioca, participando com 5 anos de idade do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Mangueira do Amanhã e a partir dos 11 anos da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, ser cria e vivenciar o berço cultural do samba foi fundamental na minha trajetória aqui delineada. Ainda assim, testemunhando as desigualdades em meu território, Favela da Mangueira, minha epistemologia periférica fez com que eu percebesse, de forma concreta, como a história do racismo molda nossas vidas.

Essa trajetória pessoal — marcada por resistências, descobertas e por uma educação voltada a desvelar a realidade social brasileira — me conduziu ao tema desta monografia. Compreendi que estudar a luta do Movimento Social Negro vai além de ser apenas um tema acadêmico, é uma forma de aprender com aqueles que vieram antes de mim, e abrir caminho para narrativas até então silenciadas dos registros históricos.

É nesse ponto que a relevância do meu olhar antropológico se faz presente: ao observar as articulações entre comunidades periféricas e instituições governamentais, percebo a importância de entender não apenas o fato histórico, mas também os símbolos, valores e identidades culturais que permeiam as lutas sociais. Há uma necessidade de falar da história política social negra do país.

Assim, a presente investigação parte do seguinte problema de pesquisa: como a atuação do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro impactou a formulação de políticas públicas nacionais em direitos humanos? Para responder a essa indagação, assenta-se na hipótese de que a liderança de Carlos Alberto Ivanir dos Santos, no período entre 1980 e 2000, possui impacto significativo para transformar demandas sociais em políticas de Estado, isso se deve ao fato de sua capacidade de mobilização entre a militância de rua e sua relação com as estruturas governamentais.

Trata-se de uma pesquisa documental de caráter qualitativo, fundamentada em Gil (2002), voltada para a análise de registros históricos e relatórios institucionais, entrevistas informais e relatos pessoais que evidenciam esse processo de construção de direitos. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender os bastidores das ações do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro com uma lente interpretativa, bem como as circunstâncias que permitiram a concretização de iniciativas voltadas à proteção e promoção dos direitos humanos. A metodologia foi estruturada com base nas diretrizes propostas por Antônio Carlos Gil, em seu livro *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (2002), que orienta a formulação e desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de caráter investigativo e analítico.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois busca interpretar fenômenos sociais por meio de uma abordagem subjetiva, permitindo compreender as dinâmicas das interações humanas e a complexidade dos movimentos sociais. Conforme Bardin (2011), a pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa por não se apoiar em dados estatísticos, mas sim na interpretação de significados e processos sociais. Além disso, utiliza materiais já existentes, como registros institucionais, relatórios, documentos históricos, entrevistas informais e relatos possibilitando uma análise aprofundada dos processos históricos e políticos relacionados ao Movimento Social Negro no Rio de Janeiro. De acordo com Gil (2002), esse tipo de pesquisa se distingue da bibliográfica por se fundamentar em fontes primárias, fornecendo evidências diretas do fenômeno estudado. Nesse contexto, a abordagem exploratória também se faz necessária, pois busca aprofundar o conhecimento sobre um tema ainda pouco estudado, levantando informações e formulando hipóteses para futuras investigações.

Os documentos analisados foram selecionados com base em sua relevância para o tema e na sua capacidade de fornecer subsídios à hipótese central do estudo. Entre as principais fontes documentais utilizadas, destacam-se:

1. Relatório do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), um documento sigiloso que menciona a atuação de Ivanir dos Santos na mobilização política e nas manifestações contra as arbitrariedades do Estado.
2. Boletim da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC), que traz o I Seminário, com participação dos alunos e que dialoga com as ações de Ivanir dos Santos na defesa de direitos fundamentais dos alunos.
3. Documento da Marcha Zumbi dos Palmares, que traz diretrizes e propostas de combate ao racismo e desigualdade racial, além de mencionar o papel do Movimento Negro Unificado (MNU) e lideranças como Ivanir dos Santos na articulação com o poder público.
4. Documento com atuação do Movimento Negro, que traz o Ivanir dos Santos, Lélia González e Benedita da Silva em ação nas pautas negras.

A escolha dos documentos justifica-se pela necessidade de compreender como a luta do Movimento Social Negro se institucionalizou em políticas públicas concretas, além de que são poucos os documentos disponíveis que mencionam a contribuição de Ivanir dos Santos nesta construção. O relatório do MPAS fornece um registro do convite para a ação de enfrentamento à FUNABEM via manifestações. Enquanto o Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança amplia a discussão, ao abordar as dificuldades de reintegração de jovens marginalizados, um dos focos da atuação de Ivanir dos Santos. Já o documento da Marcha Zumbi dos Palmares evidencia a mobilização social e as reivindicações por direitos. Por último, pela atuação do Movimento Negro no Rio de Janeiro em campo representado por Ivanir dos Santos, Lélia González e Benedita da Silva.

A metodologia de análise baseia-se na análise de conteúdo e na abordagem histórico-social. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permite categorizar e interpretar informações textuais de forma sistemática, extraindo significados relevantes para a pesquisa. Já a abordagem histórico-social possibilita compreender a trajetória do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro, considerando os contextos político e social que moldaram suas lutas e conquistas. Para garantir rigor metodológico, os documentos foram analisados a partir das seguintes etapas:

1. Leitura exploratória: Identificação dos principais temas abordados nos documentos.

2. Codificação: Organização das informações como mobilização social, representação estatal, políticas públicas e atores participantes.
3. Interpretação: Relacionamento das evidências documentais com o objetivo da pesquisa, destacando o papel de Ivanir dos Santos como articulador político e defensor dos direitos humanos.
4. Entrevistas: Destacar as vivências a partir do ator central da pesquisa, por meio de narrativas históricas relacionadas aos documentos.

Por meio dessa abordagem metodológica, a pesquisa busca contribuir para a compreensão do impacto do Movimento Negro na formulação de políticas públicas, reafirmando a importância da articulação entre militância social e poder público para a efetivação de direitos historicamente negligenciados.

Vale destacar que o Brasil ainda que proclame princípios de igualdade em seu ordenamento jurídico, traz uma formação social profundamente marcada pelo regime escravista e pelo racismo institucionalizado. De acordo com o IBGE (2022), a maioria da população brasileira se autodeclara negra (preta e parda), somando 55,5%, mas permanece à margem de diversos indicadores sociais. É nessa conjuntura que o Movimento Social Negro - se constitui como uma força essencial para reivindicar direitos sociais, defender pautas antirracistas e propor políticas públicas que respondam às demandas históricas de comunidades vulnerabilizadas.

Como salienta Piovesan, “enquanto reivindicações morais, os direitos humanos são fruto de um espaço simbólico de luta e ação social, na busca por dignidade humana, o que compõe um construído axiológico emancipatório” (Piovesan, 1998, p.187). Nesse sentido, estudar como a atuação de Ivanir dos Santos, ativista do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro fornece pistas valiosas acerca de como vozes antes silenciadas encontraram meios de incidir efetivamente na estrutura do Estado, convertendo protestos e manifestações em legislações e programas que transcendem a retórica e visam à transformação concreta da realidade.

Portanto, esta pesquisa, objetiva primeiramente narrar, de forma breve, a trajetória da luta do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, evidenciar o papel de Ivanir dos Santos na articulação com as esferas governamentais. Em terceiro lugar, discutir, sob uma ótica antropológica, a relevância de considerar os aspectos culturais e identitários nas formulações de políticas públicas. E, por fim, analisar os documentos que compreendem o período histórico da atuação política de Ivanir dos Santos entre 1980 e 2000.

Para tal, os capítulos que se seguem apresentarão, primeiramente, um panorama teórico dos direitos humanos e do Movimento Social Negro Rio no Janeiro; em seguida, abordarão a trajetória de Ivanir dos Santos e suas contribuições; ao final, relacionam a antropologia com a formulação dessas políticas, refletindo sobre os desafios que persistem na construção de uma sociedade efetivamente igualitária.

Em última análise, meu percurso acadêmico e pessoal alimenta cada linha desta investigação, pois compreendo que a ciência não se faz apenas de dados, mas também de experiências, vivências e memórias. Ao unir a força da minha ancestralidade com o rigor metodológico de uma pesquisa qualitativa, almejo não só contribuir para o campo dos estudos sobre direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais, mas também honrar o legado daqueles que lutaram para que vozes negras, como a minha, tivessem espaço para ecoar. Este trabalho é um ato político!

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os principais referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa, abordando a trajetória do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro, a partir de um dos mais importantes agentes de luta antirracista no Brasil, a liderança do professor Ivanir dos Santos. O movimento possui um fator identitário que o liga diretamente às lideranças que compuseram seu corpo, distinguindo-se devido à participação ativa de Ivanir dos Santos e outras personalidades, políticas ou não, no seu crescimento e consolidação. Serão analisadas suas estratégias de mobilização, sua atuação na defesa dos direitos da população negra, políticas da infância e sua influência na formulação de políticas públicas. Destaca-se a relevância de sua figura como uma liderança no diálogo entre os movimentos sociais e as esferas institucionais do Estado brasileiro, buscando compreender como essas articulações impactaram a construção de políticas voltadas à promoção da equidade racial no Rio de Janeiro, que contribuíram na materialização das políticas de Estado.

### 2.1 IVANIR DOS SANTOS: TRAJETÓRIA E LIDERANÇA

Muitas pessoas antes foram e continuam sendo importantes na construção de propostas e ações que impactam diretamente no cotidiano, tal como Carlos Alberto Ivanir dos Santos, nascido em 12 de Julho de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Sônia, uma trabalhadora doméstica. Sua trajetória é marcada pelo trânsito em territórios diferentes, marcadamente em comunidades periféricas como a Favela do Esqueleto, que foi extinta fisicamente na década de 1960, por meio da remoção dos moradores para dar espaço à construção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também é marcada pelo trânsito na Praça Onze (localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro), e por instituições públicas de assistência social, como Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Por fim, instalou-se na Favela da Mangueira, onde se consolidou como liderança comunitária de projeção nacional e internacional.

Ivanir dos Santos teve a infância e adolescência marcadas pela intervenção do Estado, que o retirou do convívio de sua mãe quando ele tinha apenas 7 anos de idade por meio de um sequestro. O Estado o afastou de sua família, quando na verdade deveria promover a ele um amparo social. Começava ali, a resistência de um menino negro, favelado, pobre e agora órfão. Assim, como Carlos Alberto Ivanir dos Santos, diversas crianças tiveram suas infâncias marcadas pela interferência do Estado brasileiro, em uma política racista e discriminatória.

As infâncias e juventudes marcadas por clivagens raciais, sociais e geográficas foram alvos de uma política preconceituosa em relação às suas dinâmicas e sociabilidades. Pretas e pardas, em sua maioria, periféricas e em situação de vulnerabilidade social, foram consideradas abandonadas, “de rua”, “trombadinhas”. Num conceito: estavam em *situação irregular* em

relação ao “mod elo”. Suas existências atestavam, aos olhos da instituição, a incapacidade de suas famílias em provê-las e mantê-las consigo – quando não eram os próprios responsáveis quem demandavam a sua institucionalização, a fim de garantir-lhes a sobrevivência, o que de qualquer maneira comprovava a leitura opaca dos agentes do Estado. (Daminelli, 2024)<sup>1</sup>

Anos após, filho de mãe solo, Ivanir voltou ao Centro do Rio de Janeiro no mesmo local onde sua mãe trabalhava na prostituição – ele foi à sua procura. A notícia que recebeu foi que ela tinha tirado a própria vida ateando fogo ao corpo. Diante de uma busca incessante pela verdade, por meio da oralidade e memórias de pessoas que a conheceram no passado, ele descobriu que sua mãe na verdade havia sido assassinada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ivanir soube que sua mãe foi em busca de seu desaparecimento e pediu respostas de seu desaparecimento, mas infelizmente o Estado não lhe deu resposta a tempo.

Após 12 anos como interno SAM/ FUNABEM, já com 19 anos de idade, Ivanir dos Santos se juntou a outros amigos, com os quais viveu na instituição para fundar a Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM. A organização veio com a proposta de dar suporte e almejar melhores condições para alunos e ex- alunos da instituição. A partir da vivência de interno, sua experiência denunciou os maus-tratos e trouxe reivindicações por direitos marcando o início da luta pelos direitos humanos das crianças e adolescentes internos na instituição, além de manifestar a necessidade da inclusão social dos “ex-internos” ao completar a maioria, uma vez que era difícil o acesso à educação, ao emprego e à moradia. Ao sair da instituição, seu antigo professor da FUNABEM, Luiz Gonzaga Pires, lhe concedeu acolhimento e chegou a levá-lo para sua casa e também para dar aula de música dentro da instituição.

Na luta pelos direitos humanos, Ivanir dos Santos enquanto sujeito periférico é um representante do Movimento Social Negro favelado, representante da periferia do Rio de Janeiro. A negritude contribuiu e vem contribuindo significativamente na construção de uma política racial e de direitos humanos em políticas públicas. A compreensão de conhecimentos e deveres da população estava embasada em sua caminhada pelas ruas, pois desde criança se deparou com a realidade da desigualdade social que cruzou seu caminho.

---

<sup>1</sup> DAMINELLI, Camila Serafim. A ditadura militar entregou o estigma da minoridade. **História da Ditadura**, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/a-ditadura-militar-entregou-o-estigma-da-menoridade>. Acesso em: 29 jun 2025.

**Figura 1** - Cartaz do 1º Encontro de Jovens de Favela e Periferia (1985)



Fonte: Acervo do CEAP, 2025.

Pioneiro em muitas ações voltadas para as minorias na década de 1980, sua geração abriu espaço para o diálogo com a população de sua origem, como o I Encontro de Jovens de Favela e Periferia, que ocorreu em 19 de Outubro de 1985, no Rio de Janeiro, em que Ivanir dos Santos enquanto presidente da ASSEAF - Associação de Ex-Alunos da FUNABEM, fundada em 1980, esteve presente e o evento contou com apresentações artísticas culturais. (Cultne, 2012).

A partir disso, a investigação evidencia a sua luta e potencialidade em conseguir articular a sua vivência e trajetória com as necessidades que são de direitos coletivos, das ações constantes de Ivanir dos Santos demandadas de um contexto social marginalizado.

## 2.2 O MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO (1980-2000)

A história do Movimento Social Negro Brasileiro encontra-se intrinsecamente associada à luta pela sobrevivência, pela resistência e pela garantia de direitos da população afrodescendente. Desde o período colonial, quando africanos foram trazidos ao país de maneira forçada, multiplicaram-se as

iniciativas de resistência, destacando-se os quilombos, como o de Palmares, os movimentos urbanos e posteriormente, a militância contemporânea em prol da igualdade racial. Ao longo desse percurso, a ação política das comunidades negras foi marcada tanto pela denúncia da violência e da exclusão sistemática quanto pela construção de alternativas de inclusão social e política (Souza, 2020).

Durante a primeira metade do século XX, a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, caracterizou-se como uma das pioneiras articulações organizadas com vistas a promover a inserção das populações negras por meio da educação e da mobilização política. Contudo, em 1937, durante o Estado Novo, a FNB foi extinta pelo governo varguista (Moura, 2021) que extinguiu todos os partidos políticos, o que impactou a organização que havia se tornado um partido político, um ano antes.

Nas décadas seguintes, sobretudo sob a ditadura militar (1964 - 1985), a repressão sobre os movimentos sociais intensificou-se de forma notável. Nesse cenário, surgiu, em 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), depois denominado apenas como MNU, que além de denunciar a violência racial, evidenciava as desigualdades estruturais que afetavam a comunidade negra em variados âmbitos, como educação, saúde e moradia (Ventura, 2022). Ventura pontua que “a participação do movimento negro no Congresso pela Anistia e a busca pelo reconhecimento dos afrodescendentes como vítimas da violência cotidiana praticada por agentes do Estado.” (Ventura, 2022, p.2).

O MNU, aliado a outras entidades de militância negra, pressionou o poder público a reconhecer o racismo estrutural, desafiando a retórica da democracia racial amplamente difundida ao longo do século XX (Souza, 2020). Essas ações foram cruciais para a inserção da pauta racial nas agendas políticas e sociais do país, resultando, posteriormente, na formulação de políticas afirmativas e na consolidação de leis mais equitativas em relação aos direitos da população negra.

É nesse contexto que se insere a reflexão sobre a FUNABEM e o Movimento Social Negro, especialmente ao se considerar as denúncias sobre as violações cometidas contra crianças e adolescentes negros em situação de vulnerabilidade. A FUNABEM, criada em 1964, durante o regime militar, tinha o propósito de prestar assistência aos menores denominados como “em situação irregular”. Esse conceito, amplamente criticado por militantes e pesquisadores da infância e juventude, servia como instrumento de criminalização da pobreza e de perpetuação da segregação, justificando-se sob o prisma da assistência e da proteção (Costa Júnior, 2020).

Ainda assim, a trajetória do Movimento Social Negro no Brasil, embora marcada por adversidades, é também entrelaçada por conquistas. A crítica endereçada à FUNABEM, e as instituições análogas, impulsionou a reformulação do atendimento sobre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, desembocando na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

Não obstante, conforme defendem diversos estudiosos, os resquícios da exclusão racial ainda se fazem presentes nas políticas de segurança pública e no sistema socioeducativo, ratificando a urgência de permanência da luta antirracista como cerne das mobilizações sociais de rua. Nesse cenário, emerge a atuação de lideranças como a do Ivanir dos Santos, que converteu sua resistência em um compromisso com a defesa dos direitos humanos. Retirado dos braços de sua mãe ainda criança e posteriormente internado no sistema socioeducativo, Ivanir vivenciou diretamente as violações sofridas por crianças e adolescentes negros em instituições estatais. Assim, “a luta pelos direitos civis precisa ser compreendida não apenas como uma reivindicação política, mas como uma exigência ética que desafia as estruturas coloniais ainda presentes em nossa sociedade”<sup>1</sup>.

Sua militância ganhou fôlego no Movimento Social Negro do Rio de Janeiro, no qual passou a denunciar as condições degradantes enfrentadas pelas crianças internadas e, conforme relato do próprio Ivanir, sua participação na Associação de Ex-Alunos da FUNABEM constituiu um pilar essencial para aprofundar o debate sobre as políticas de proteção à infância e à juventude no país (Santos, 2021). Além disso, o seu engajamento e discurso na Assembleia Nacional Constituinte, de 1987, foi decisivo para fortalecer a reformulação da legislação que resultou na criação do ECA, que substituiu a doutrina da “situação irregular”, pelo princípio da proteção integral (Costa Júnior, 2020). Na cobertura da Constituinte em Brasília (1987), o seu relato foi identificado também na matéria jornalística: “Constituinte debate exploração do menor”, publicada em 5 de Maio de 1987, no Jornal Correio Braziliense que o mencionou em destaque:

O depoimento mais comovente foi prestado pelo presidente da Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM, Ivanir dos Santos, que defendeu a extinção dos atuais órgãos de assistência ao menor (FUNABEM e FEBEM) e a garantia da creche como um direito da criança, além de condenar a profissionalização de crianças até 14 anos, sob argumentação de que, "em qualquer sociedade mais justa, lugar de criança é na escola (Correio Braziliense, 1987, p.2).

Como um mobilizador social nato, Ivanir foi influente sobre nomes importantes em sua entrada no Movimento Social Negro do Rio de Janeiro como Carlos Alberto Caó, que apesar de ter nascido na Bahia, foi no Rio de Janeiro que sua passagem política e a ligação com o Ivanir resultou na implementação da “Lei Caó” (Lei N° 7.716/89).

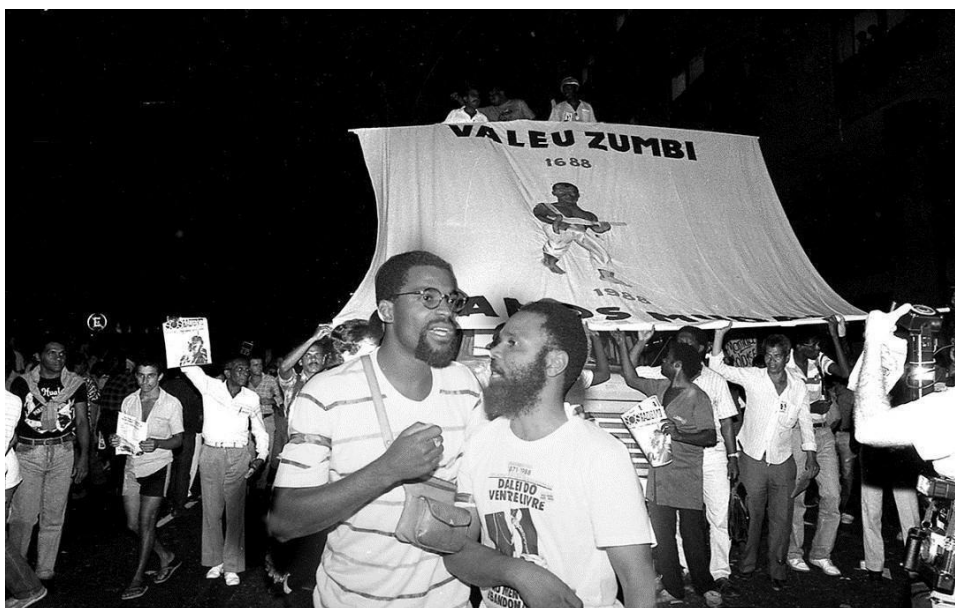
Militante dos direitos civis e doutor em história comparada pela UFRJ, o babalaô Ivanir dos Santos foi o responsável por aproximá-lo das camadas populares negras em 1982, por ocasião de sua primeira campanha para deputado federal. Eleito suplente, Caó se licenciou para assumir a Secretaria de Habitação e Trabalho de Brizola. A secretaria era dividida entre o PCB, seu antigo partido, e o movimento negro e por isso era chamada, às

<sup>1</sup> Faces Negras: Ivanir dos Santos revela como transformou sua história pessoal em luta por direitos coletivos. G1, 12 set. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/g1-15-anos/noticia/2021/09/12/faces-negras-ivanir-dos-santos.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

escondidas, de “navio negreiro”. Em 1986, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. É o autor do projeto de lei que daria origem à Lei nº 7.716, que tipifica o crime de racismo, sancionada em janeiro de 1989 pelo presidente José Sarney. “Ele conseguiu aprovar a lei porque dialogava com todo mundo. Tinha essa coisa de saber ouvir, ouvir e ouvir. E argumentar. Habilidades que trouxe do movimento estudantil e sindical. E o que ele conseguiu com isso? Uma articulação com integrantes progressistas da comunidade judaica, que foi fundamental”, crava Ivanir dos Santos. “Foi o mais importante quadro negro político do país daquele período. Sabia lidar com os diversos grupos, com as artimanhas. Demorei muito a entender isso”<sup>3</sup>.

Paralelamente à sua atuação política, Ivanir dos Santos desempenhou um papel primordial na consolidação de espaços de resistência e articulação social, a exemplo do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), com sede na capital do Rio de Janeiro. Instituição que ao longo das décadas, segundo Ivanir, segue empreendendo ações voltadas ao fortalecimento da inclusão racial e ao enfrentamento do racismo estrutural (Santos, 2021).

**Figura 2** - Ivanir dos Santos na Marcha de 100 anos da abolição da Escravatura (1988)



**Fonte:** Foto por Januário Garcia, Revista Zum 2025.

No ano em que se comemorou os cem anos da Morte de Zumbi dos Palmares, Ivanir participou da conhecida “Marcha do Centenário”, em 1988. Um ano depois, em 1989, esteve atuante na campanha nacional: “Não Matem Nossas Crianças”, onde ele denunciava o extermínio contra crianças e adolescentes, que foi fundamental para a criação do ECA (1990). Além disso, Ivanir também esteve como aliado na “Campanha contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras e Pobres”, nos anos de 1990, além de atuante na “Campanha pela Abolição do Trabalho Infantil”, em 1992.

<sup>3</sup>FILHO, Jaime. O homem da lei. Quatro cinco um. Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/artigos/liberdade-e-autoritarismo/o-homem-da-lei/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Seu papel no Movimento Social Negro, junto aos outros movimentos sociais que dominaram as ruas do Brasil nesse período, mobilizaram articulações inimagináveis com diversas regiões do Norte/Nordeste, Sul/Sudeste e Centro-Oeste, sempre pautando a discussão do combate ao racismo em todas as suas esferas sociais de incidência. Um exemplo disso foi o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado em 1991, na cidade de São Paulo, que pela primeira vez uniu representantes de entidades negras de todo o país.

Figura 3 - Capa do Boletim Especial do CEAP (1991)

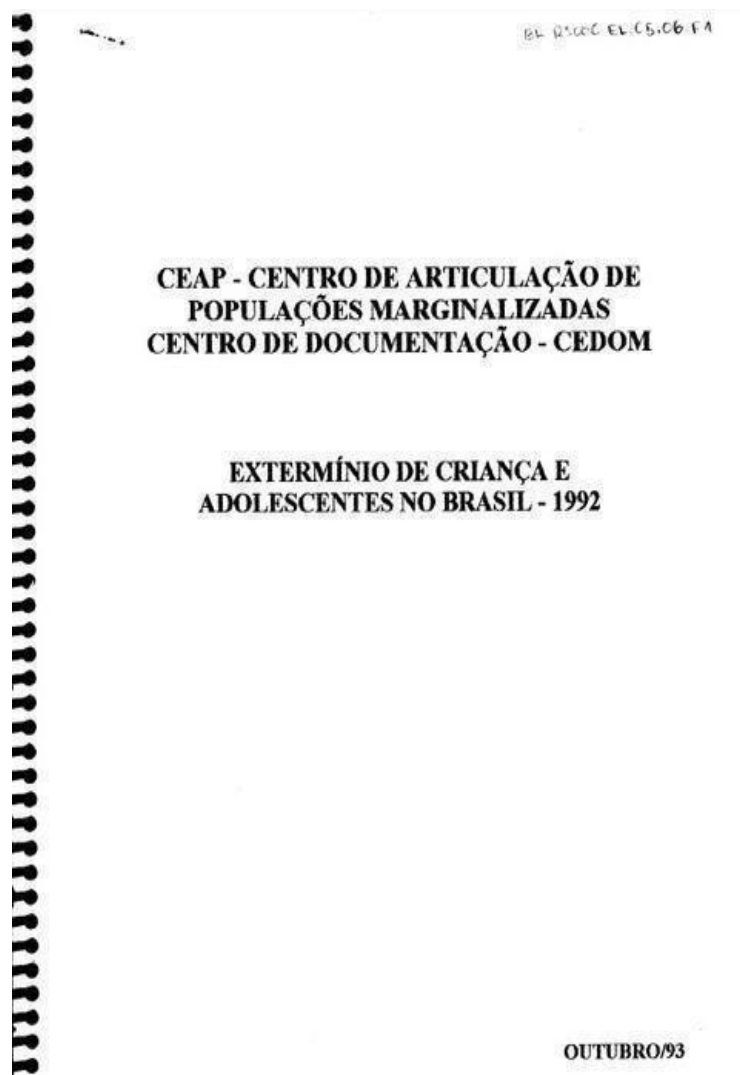


Fonte: Acervo do CEAP, 2025.

No CEAP havia diálogos e reuniões sobre várias causas que impactaram radicalmente a comunidade periférica como, por exemplo, em relação aos grupos de extermínios atuantes no período de 1980-2000, assim como: a Chacina de Acari, em 1990; a Chacina de Jerusalém, em 1991; a Chacina de Vigário Geral e a Chacina da Candelária, ambas em 1993. Em todas elas Ivanir esteve presente e foi uma das referências na luta por justiça e em defesa dos direitos humanos, indagando o Estado por respostas, o que resultou no documento considerado como o primeiro relatório de grupos de extermínios, denominado “Extermínio de Criança e Adolescentes no Brasil de 1992.” (CEAP, 1993).

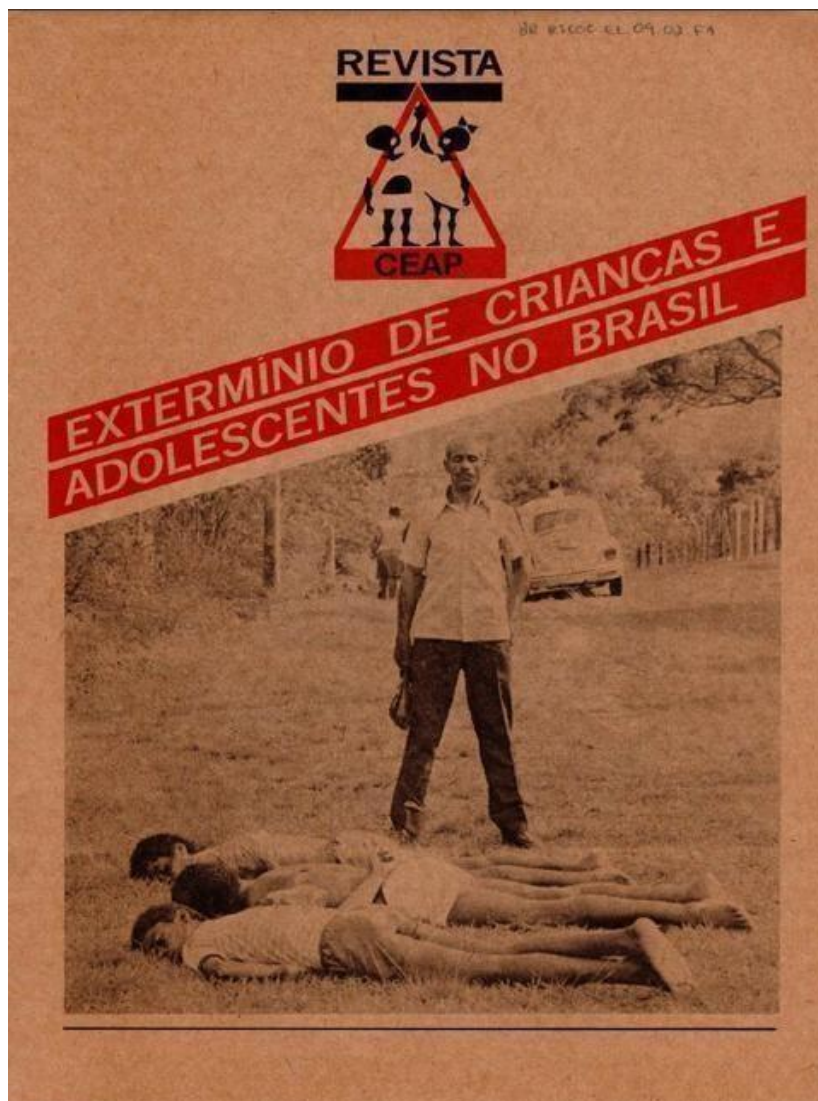
As mortes provocadas por operações policiais militares nas favelas atingem crianças cujos homicídios são enquadrados legalmente, interpretados como danos colaterais, ou seja, impactos de operações policiais sobre a vida de inocentes. Ivanir dos Santos, ativista do Movimento Negro e fundador do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), foi responsável pelo primeiro relatório sobre mortes e desaparecimentos de crianças no Rio de Janeiro. O relatório publicado pelo CEAP (1993), mostra que entre 1988 a 1992, foram assassinados por arma de fogo, 1.888 crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, sendo 80% de negros entre 15 e 17anos”. (Ventura, 2022, p.19)

**Figura 4 - Relatório CEAP (1993)**



**Fonte:** Acervo FIOCRUZ, 2025.

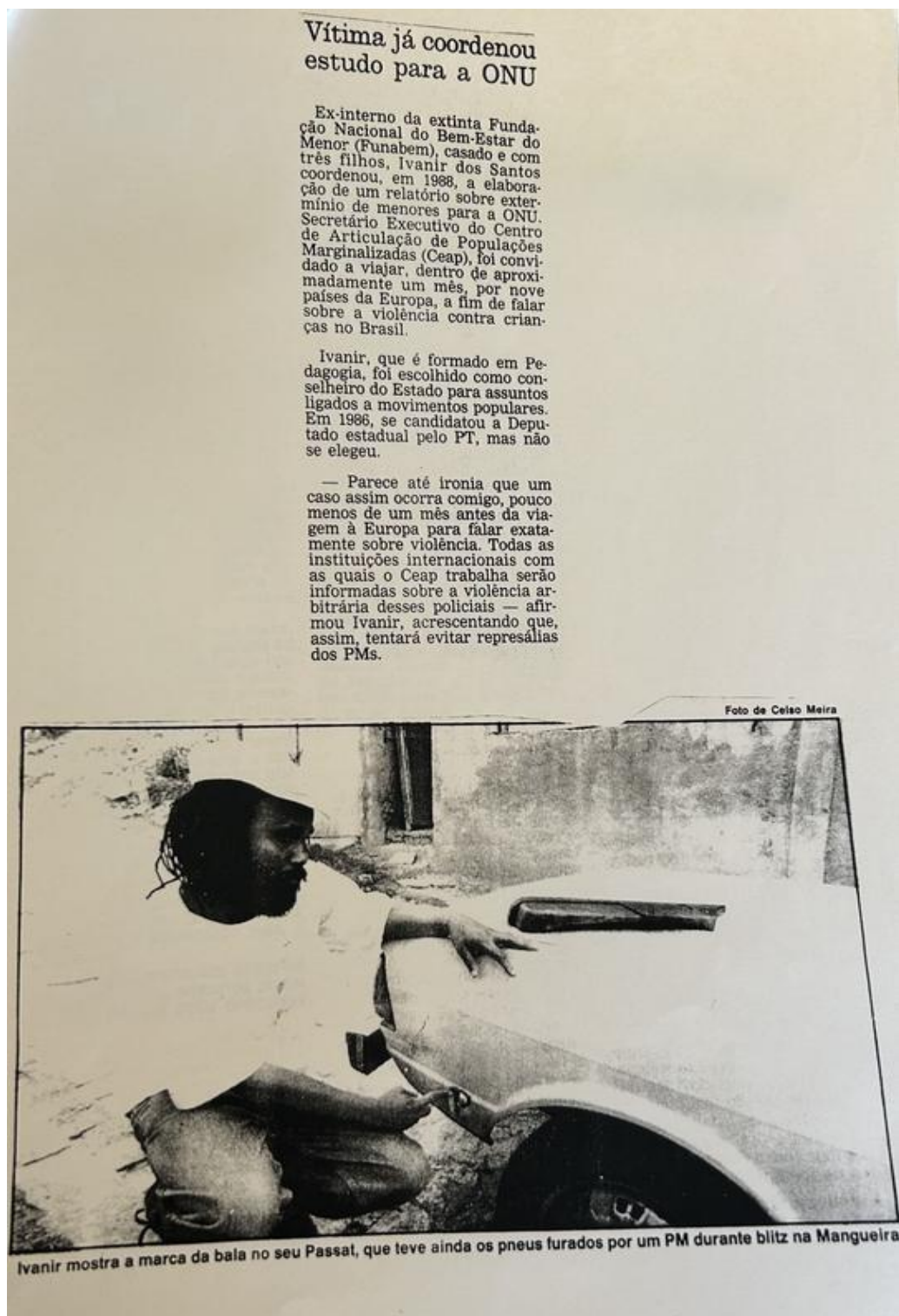
**Figura 5** - Capa da Revista CEAP (1992)



**Fonte:** Acervo FIOCRUZ, 2025.

Ivanir (2025) relatou que por causa de sua luta de rua do Rio de Janeiro, chegou a sofrer ameaças. Ainda completou que quando saía de sua casa (Favela da Mangueira, na localidade conhecida como Candelária) com seu filho Luan de apenas 1 ano, no dia 24 de agosto de 1991, foi surpreendido por militares que dispararam muitos tiros em seu carro.

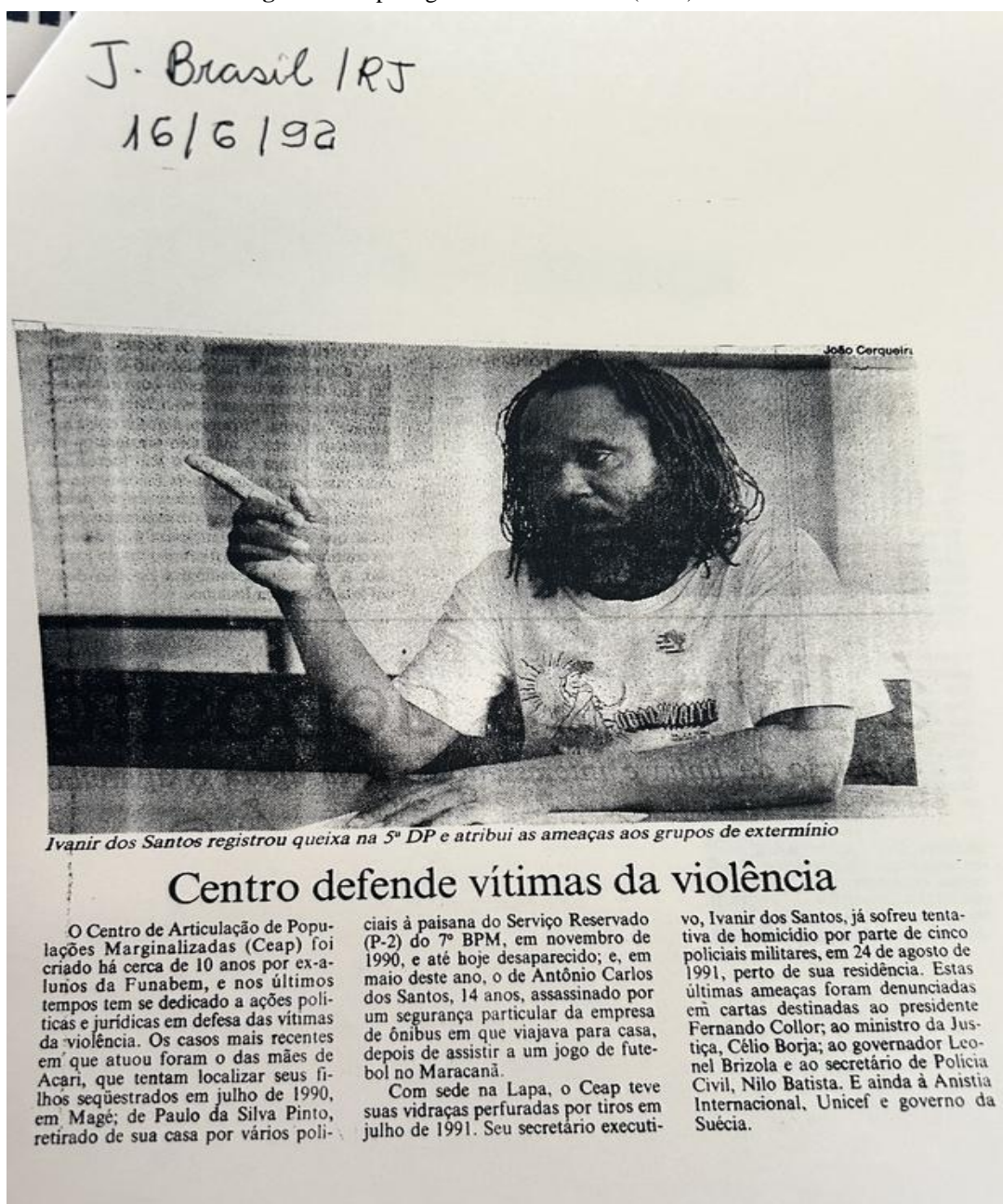
Figura 6 - Reportagem Jornalística (1991)



Fonte: Acervo CEAP, 2025.

Percebe-se com isso, que, ainda que se mobilize denúncias, o corpo negro continua sendo alvo. Os ataques foram sofridos por Ivanir combater grupos de extermínios e a população periférica das ações policiais violentas. Foi necessário andar um período na companhia de seguranças para proteger a sua vida e de sua família. Sua atuação era uma crítica à perpetuação da desigualdade racial por meio de práticas racisestatais.

Figura 7 - Reportagem Jornal do Brasil (1992)



Fonte: Acervo CEAP, 2025.

Segundo as suas próprias palavras, “a resistência negra não é apenas um ato de sobrevivência, mas uma estratégia de construção de um futuro equitativo” (Santos, 2021, p.08). Na qualidade de liderança política, Ivanir dos Santos participou da equipe da campanha presidencial do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), exercendo a função de coordenador do programa voltado à infância. Já em 3 de outubro de 1996, Ivanir dos Santos foi candidato a vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro pelo (PT), compondo a chapa com Chico Alencar como candidato a prefeito. Na ocasião, a dupla conquistou o terceiro lugar na disputa eleitoral.

Em depoimento concedido em 2025, Ivanir relembrou um episódio marcante durante a campanha para a Prefeitura do Rio de Janeiro: a publicação de uma matéria jornalística assinada por Luiz Eduardo Rezende, no jornal *O Dia*, com o título “O vice que assusta”. Ele mencionou que a reportagem destacava a escolha do PT. Um candidato como Ivanir causava “incômodo” na classe média.

No entanto, independente da prefeitura, anos mais tarde, sua luta social política pelos direitos humanos resultou na implementação da primeira Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (1999-2000). Abdias do Nascimento, um dos maiores nomes do Movimento Social Negro Brasileiro, ex-senador, foi o secretário na ocasião e Ivanir dos Santos, o subsecretário desta secretaria na gestão do então governador do período - Anthony Garotinho.

Até aqui podemos entrever que a trajetória de Ivanir dos Santos se materializa entre os embates do Movimento Social Negro e o compromisso em evidenciar as violações ocorridas na FUNABEM, reafirmando a necessidade de se avançar rumo a uma sociedade mais justa. Sua atuação intelectual e militante corrobora a relevância do protagonismo negro na reformulação das políticas públicas e na consolidação da luta antirracista no Brasil, revelando como a resistência negra, dentro e fora das instituições do Estado, impulsiona a revisão de suas estruturas opressoras. Atualmente, Ivanir dos Santos permanece como um dos principais expoentes do combate ao racismo do Rio de Janeiro e do Brasil. Profissionalmente, Carlos Alberto Ivanir dos Santos (2025) é

pós-doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ); Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), do Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER-UFRJ) e Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais pós coloniais (LEHA-UFRJ); Coordenador da Coordenadoria de Religiões Tradicionais Africanas, Afro-brasileiras, Racismo e Intolerância Religiosa (ERARIR/LHER/UFRJ); Conselheiro Estratégico do Centro de Articulações de População Marginalizada (CEAP); Interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR); Conselheiro Consultivo do Cais do Valongo; Vice-presidente da América Latina no Conselho Internacional da *Ancient Religion Societies of African Descendants International Council* (ARSADIC), Nigéria. Tem experiência nas seguintes áreas: Educação Étnico-racial e questões africanas; Direitos Humanos e Cidadania; Relações Internacionais; Religiões tradicionais da África Ocidental e Afro-brasileiras<sup>4</sup>.

Sua atuação como professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contribui para a produção e difusão de conhecimento acerca das demandas e lutas da população negra. Além disso, a continuidade de seu trabalho no CEAP, entidade que há décadas denuncia o racismo estrutural e propõe políticas públicas mais inclusivas, aprofunda sua intervenção política e social (Santos, 2021). Conforme salienta Santos,

a luta antirracista não se trata apenas de uma agenda política, mas de um compromisso com a transformação social, na qual cada conquista representa

<sup>4</sup> Informações obtidas através do seu currículo lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3572775890089604>. Acessado em 24 de junho de 2025.

uma ruptura com o passado colonialista e uma afirmação do protagonismo negro (Santos, 2021, p.08)

O engajamento de Ivanir dos Santos na Comissão de Combate à Intolerância Religiosa espelha, ainda, o esforço de assegurar a liberdade de culto e o reconhecimento das religiões de matriz africana (Santos, 2021). O legado de Ivanir dos Santos torna potente que a defesa dos direitos humanos no Brasil é inseparável da luta contra o racismo. Sua trajetória, que conjuga militância política, prática acadêmica e elaboração de políticas públicas, constitui um paradigma de resistência e renovação, reafirmando a posição central do Movimento Social Negro Brasileiro na construção de uma sociedade genuinamente justa e igualitária.

Nas ruas e vielas da Favela da Mangueira, por diversas vezes foi Ivanir quem amparou moradores, dentre eles crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, quando vitimados pela ação policial violenta na comunidade. Foi a partir dessa memória afetiva da autora que partiu a intenção desta produção acadêmica. A jornada de Carlos Alberto Ivanir dos Santos segue sendo uma referência social para a Mangueira e outras favelas marcadas pela violência do Estado. No capítulo seguinte, abordaremos como essa trajetória se articula com sua participação no Movimento Negro em relação ao campo da Antropologia, áreas em que Ivanir construiu uma base teórica e política para ampliar sua luta contra o racismo, justiça social, pela valorização e defesa das identidades afro-brasileiras.

### 3. A RELAÇÃO DA ANTROPOLOGIA COM OS MOVIMENTOS NEGROS

A antropologia desempenha um papel fundamental na compreensão histórica e cultural dos Movimentos Sociais Negros no Brasil, oferecendo ferramentas analíticas que elucidam as raízes profundas da resistência e sobrevivência desses grupos. Conforme apresentado anteriormente, a gênese desses movimentos está intrinsecamente ligada às práticas cotidianas de resistência, ecoando através das gerações subsequentes.

Na falta da materialidade, argumentos antropológicos que constituem direitos da população negra são essenciais. A antropologia é o campo que possibilita ferramentas de sua disciplina, é o caso por exemplo de laudos antropológicos na demarcação de terras quilombolas. Ela é o mecanismo para reconhecimento de suas sociedades por meio de suas trajetórias, da possibilidade de identificação de territórios ancestrais.

As manifestações políticas de ativistas, estudantes, lideranças sociais e membros da sociedade civil caracterizaram fortemente o Movimento Negro, contribuindo significativamente para a formulação e consolidação de políticas públicas voltadas à equidade racial e social.

#### 3.1 DARCY RIBEIRO (1922–1997)

Darcy Ribeiro foi um dos mais influentes antropólogos, educadores e pensadores sociais do Brasil. Nascido em Montes Claros (MG), formou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Sua carreira foi marcada pela atuação junto a povos indígenas, pela defesa da educação pública e pela formulação de uma teoria original sobre o povo brasileiro. Trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), onde desenvolveu conceitos fundamentais sobre a formação do Brasil e a situação dos povos originários.

Ribeiro criticou fortemente a ideia de que a assimilação dos indígenas teria ocorrido de forma pacífica, mostrando que a história nacional foi marcada pelo extermínio e pela violência contra indígenas e negros. Em suas obras, como “O Povo Brasileiro” e “Os Brasileiros: Teoria do Brasil”, ele propõe uma interpretação da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva histórica, destacando o papel do colonialismo, da escravização e da dominação de classes na formação do subdesenvolvimento nacional.

Nos anos 1970, Darcy Ribeiro passa a valorizar a emergência de movimentos de resistência e afirmação identitária, tanto indígenas quanto negros, reconhecendo o potencial desses grupos para

redefinir o país como uma sociedade plurinacional. Sua abordagem decolonial e anticolonialista influenciou debates sobre identidade, cultura e direitos coletivos, antecipando discussões sobre plurinacionalidade que ganhariam força em países como Bolívia e Equador. Para Ribeiro, somente a luta política poderia superar a condição de subalternidade imposta historicamente a esses grupos, sendo a antropologia um instrumento de emancipação e crítica à mentalidade eurocêntrica. Em seu livro *O Povo Brasileiro* (1995), o antropólogo Darcy Ribeiro destaca que a formação social brasileira é marcada pela vinda forçada de africanos escravizados, evidenciando como as desigualdades sociais têm origens estruturais e históricas profundas.

A mestiçagem, mais que um simples encontro racial, constitui-se na matriz central de nossa identidade nacional, uma nova unidade que emerge das três matrizes fundamentais: a indígena, a africana e a europeia (Ribeiro, 1995, p. 19).

Além disso, Ribeiro enfatiza a ideologia da inferioridade racial não apenas como construção discursiva, mas como mecanismo estruturante de exclusão social, afirmando que “a inferioridade racial imposta a negros e indígenas não é apenas ideológica, mas um dispositivo de exclusão profundamente enraizado na estrutura social brasileira” (Ribeiro, 1995, p. 147).

### 3.2 KABENGELE MUNANGA (1942)

Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo e radicou-se no Brasil, onde se tornou professor titular do Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Sua trajetória acadêmica e intelectual é marcada pelo compromisso com a valorização da diversidade étnico-racial e pelo combate ao racismo estrutural. Munanga é referência nos estudos sobre relações raciais, identidade negra e políticas de ação afirmativa no Brasil.

Munanga destaca a importância do reconhecimento das diferenças e identidades dos povos afrodescendentes e indígenas como questão de justiça social e de direitos coletivos. Ele critica a tendência homogeneizadora da globalização neoliberal, defendendo a preservação da diversidade como riqueza da humanidade. Para Munanga, a luta dos movimentos negros é fundamental para a construção de políticas públicas inclusivas e para a afirmação de direitos, especialmente no contexto brasileiro, onde o racismo se manifesta de formas sutis e institucionais. Kabengele Munanga (2003) argumenta que o racismo é uma manifestação concreta de poder

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação (Munanga, 2003, p.6)

Munanga (2008) reforça que o poder racial se manifesta na negação de direitos básicos e oportunidades iguais. O Movimento Negro encontra motivos para reivindicações por equidade social e racial.

O racismo não é simplesmente preconceito ou discriminação isolada, mas um sistema estruturado que perpetua relações assimétricas de poder. É precisamente nesse contexto que o Movimento Negro atua como resistência política e cultural, desafiando a estrutura social racializada imposta historicamente (Munanga, 2008, p. 45).

Sua produção intelectual contribuiu para fundamentar políticas de cotas raciais e outras ações afirmativas, além de inspirar gerações de pesquisadores e ativistas. Munanga também problematiza a necessidade de combinar liberdade individual, reconhecimento das diferenças culturais e garantias constitucionais, sem renunciar ao enfrentamento das desigualdades históricas. Sua atuação ultrapassa os muros da universidade, dialogando com movimentos sociais e contribuindo para a formação de uma antropologia comprometida com a transformação social.

### 3.3 LÉLIA GONZÁLEZ (1935 – 1988)

Lélia González foi uma intelectual, antropóloga, professora, política e ativista dos direitos humanos, nascida em Belo Horizonte e criada no Rio de Janeiro. Filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena, enfrentou desde cedo as barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo. Graduiu-se em História e Filosofia, fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política, tornando-se referência nos estudos sobre relações de gênero, raça e cultura no Brasil.

Foi uma das fundadoras do MNU, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), do Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga e do Grupo Olodum. Sua militância esteve sempre articulada à produção intelectual, sendo pioneira ao tematizar a interseccionalidade entre racismo e sexismo, especialmente na vida das mulheres negras. González propôs o conceito de “amefricanidade”, valorizando as conexões entre as culturas africanas, indígenas e afrodescendentes nas Américas, e defendendo uma perspectiva panafricana e diaspórica.

Na academia, lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e no Colégio de Aplicação da UERJ, onde transformou as aulas em espaços de resistência e crítica sociopolítica. Participou ativamente de conselhos e fóruns nacionais e internacionais, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e seminários da ONU sobre mulheres e apartheid. Sua obra, como “Lugar de Negro” (em coautoria com Carlos Hasenbalg), é referência obrigatória para os estudos sobre relações raciais e movimentos sociais no Brasil.

A antropóloga Lélia González (1988), intelectual e ativista essencial na criação e fortalecimento do Movimento Negro Unificado, oferece uma perspectiva interseccional sobre a questão racial e de gênero, essencial para a compreensão das desigualdades no Brasil e América Latina. Ao propor o conceito de “América Ladina”, González argumenta que:

O conceito de América Ladina transcende a visão colonialista e eurocêntrica, propondo uma nova leitura dos povos colonizados, que reconhece as heranças africanas e indígenas como bases fundamentais de resistência cultural e política (González, 1988, p. 76).

González (1998) aponta um padrão civilizatório, que demonstra o quão as reflexões do ser negro, o processo de formação da sociedade e da cultura brasileira, despertam uma compreensão de como é possível pensar a construção de uma civilização para além da diretriz e normativa europeia. A formação social por ótica da contribuição africana e indígena, se entende a relação civilizatória com a constituição do movimento negro, que ressalta a valorização da contribuição africana, sua diversidade cultural e luta pelo racismo.

Em complemento, González desenvolve o conceito de "racismo por denegação", refletindo sobre as ambiguidades existentes na forma como as sociedades latino-americanas lidam com o racismo e a exclusão.

A denegação é a negação consciente ou inconsciente das contribuições africanas e indígenas, um mecanismo pelo qual o racismo se perpetua sob o disfarce de democracia racial (González, 1988, p. 83).

Uma vez que os movimentos em combate às estruturas de poder, este conceito ajuda a compreender na tentativa de um apagamento. Antropóloga desenvolveu estudos e conceitos que dão base para estudos antropológicos, sobre a amefricanidade Lélia diz que

A amefricanidade permite a reconstrução de uma identidade negada e silenciada pela colonização. Reconhecer a presença africana em nossas sociedades é reconhecer também uma história de resistência contínua e cotidiana frente à violência colonial (González, 1988, p. 95).

Em entrevista dada ao Jornal do Movimento Negro Unificado, em setembro de 1991, Lélia González menciona por exemplo Darcy Ribeiro:

recordo-me de um papo com Darcy Ribeiro, ele dizendo justamente essa coisa. Eu estava defendendo a oralidade, a cultura oral. E ele achava válido o que eu estava dizendo, mas que não era suficiente. Porque se não sabe ler, dança. É arrancado da chamada civilização, não vai ter espaço e vai ser aquele tipo de massa anônima que a gente vê nos romances de ficção científica, não é verdade? (González, 1991, p.8)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Trecho de entrevista de Lélia González concedida ao Jornal MNU, fazendo um balanço sobre o Movimento Negro nas décadas de 70 à 90. Jornal MNU, nº 19, maio-julho 1991. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/lelia-gonzalez-acervo-textual/jornal-mnu-no-19/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Assim, ao considerar as contribuições teóricas de Ribeiro (1995), Munanga (2008) e González (1988) para a discussão sobre a relação da Antropologia com os Movimentos Negros, o próximo capítulo se dedicará a uma análise documental da atuação de Ivanir dos Santos, um líder cuja vivência demonstra a interseção entre teoria e prática na luta por direitos humanos no Brasil. As documentações relacionadas a Ivanir dos Santos não apenas comprovam suas ações e intervenções, mas também serve como registro das lutas coletivas do Movimento Negro.

O trabalho desses três antropólogos é fundamental para compreender a interface entre a antropologia e os movimentos negros no Brasil. Darcy Ribeiro, ao denunciar o extermínio e a subalternização de indígenas e negros, abriu caminho para uma antropologia crítica e engajada, que se recusa a naturalizar as desigualdades e propõe a valorização das identidades subalternizadas. Kabengele Munanga, por sua vez, fundamentou teoricamente as lutas por reconhecimento, direitos e políticas afirmativas, tornando-se voz ativa na defesa da diversidade e na crítica ao racismo institucional. Lélia González, com sua militância e produção intelectual, articulou raça, gênero e cultura, inspirando o feminismo negro e a luta por políticas públicas que contemplem as especificidades das mulheres negras e das populações afrodescendentes. Juntamente da deputada Benedita da Silva<sup>1</sup> e Ivanir dos Santos lutou pela população negra.

A trajetória dos antropólogos demonstra que a antropologia, quando comprometida com a justiça social, pode ser aliada estratégica dos movimentos negros, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural, democrática e igualitária. Como relembra Ivanir: “Lélia e Kabengele militaram comigo, e Darcy tratamos pautas da comunidade negra sobre cultura e educação” (Santos, 2025).

Por meio de seu relato, identifica-se Ivanir diretamente com os três autores que norteiam a abordagem antropológica da pesquisa enriquecendo ainda mais a relação da Antropologia com os Movimentos Negros. O capítulo finaliza com a afirmação que afirma Ivanir dos Santos conectado com Darcy Ribeiro, Kabengele Munanga e Lélia González e abre passagem para uma análise dos acervos base para identificar a atuação de Ivanir dos Santos (1980 a 2000) por meio de evidências visuais e documentos históricos.

<sup>1</sup>Benedita da Silva é deputada federal. Foi doméstica, professora, formou-se em técnica de enfermagem, Serviço Social e Estudos Sociais e é Doutora Honoris Causa pela URFJ. De origem periférica, da cidade do Rio de Janeiro, se tornou um dos maiores nomes da política brasileira.

**Figura 8** – Ivanir dos Santos com a deputada Benedita da Silva (2025)<sup>2</sup>



**Fonte:** Arquivo pessoal do Ivanir, 2025.

---

<sup>2</sup> SANTOS, Ivanir dos. [Ivanir dos Santos e Benedita da Silva]. Rio de Janeiro. 06 jun.2025. Instagram: @ivanirdossantos.rio.  
Disponível em:  
<<https://www.instagram.com/p/DKsZvZDpEJ7/>> Acesso em 29 jun 2025.

## 4. EVIDÊNCIAS VISUAIS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Este capítulo apresenta evidências documentais e históricas, abarcando o marco cronológico de 1980 a 2000, com o objetivo de analisar as especificidades da atuação política e social de Carlos Alberto Ivanir dos Santos. A partir de uma metodologia baseada na análise documental - realizada com fontes primárias localizadas no maior arquivo do Brasil, o Arquivo Nacional e no acervo da Fundação Perseu Abramo -, busca-se destacar o papel de sua liderança em diferentes contextos temporais. É relevante sublinhar que a escassez de registros sistemáticos sobre as mobilizações sociais e políticas da população negra no Brasil confere um caráter ainda mais significativo aos documentos aqui analisados. Sua preservação e estudo não apenas preenchem lacunas historiográficas, mas também reivindicam a existência de uma luta antirracista muitas vezes silenciadas pelos arquivos oficiais.

Para tanto, foram selecionados e examinados registros textuais e iconográficos que elucidam o trânsito de Ivanir dos Santos entre os movimentos sociais negros e as esferas institucionais, culminando a implementação de políticas públicas voltadas à equidade racial. A própria materialidade desses documentos - muitas vezes fragmentados ou marginalizados - torna-se um ato de resistência, afirmando uma identidade coletiva cuja trajetória foi sistematicamente negligenciada.

Além da documentação, o cruzamento com o relato pessoal do líder em questão permite reconstituir, com maior densidade crítica, os processos históricos nos quais esteve inserido. Tais documentos, enquanto vestígios materiais, operam como provas fundamentais para a compreender as dinâmicas entre militância, formulação de políticas de Estado e a construção de uma agenda social negra no Rio de Janeiro. Por meio dessa abordagem, visa-se demonstrar não apenas como suas estratégias de articulação influenciaram a materialização de ações afirmativas, mas também como a recuperação desses arquivos se insere em um projeto de reparação simbólica e resgate da memória negra.

### 4.1 RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) FUNABEM/RJ - ESCOLA JOÃO LUIS ALVES

O registro do relatório do Ministério da Previdência e Assistência Social, de 1984, traz o relato da matéria publicada no Jornal do Sindicato dos Assistentes Sociais, onde consta a denúncia de Ivanir dos Santos enquanto presidente da ASSEAF. Por meio de cartazes, o ofício menciona as passeatas e mobilizações. São quatro documentos analisados aqui:

**Figura 9** - Informe do Ministério da Previdência e Assistência Social (1984)

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
INFORME Nº 032 / 84/DSI/SICI/MPAS

DATA: 06-11-84

ASSUNTO: FUNABEM/RJ - ESCOLA JOÃO LUIS ALVES - DENÚNCIA DE TRATAMENTO ARBITRÁRIO E VIOLENTO SOFRIDO PELOS MENORES.

ORIGEM: \_\_\_\_\_

AValiação: A-1

REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

DIFUSÃO ANTERIOR: \_\_\_\_\_

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: 03 (três) fls.

AGÊNCIA CENTRAL

024327 08 NOV 84

PROTOCOLO

Transmitimos, para ciência dessa Agência, os seguintes dados:

Tomamos conhecimento, através de matéria publicada no JORNAL DO SINDICATO DAS ASSISTENTES SOCIAIS (recortes em anexo) que, no dia 14 de novembro, haverá uma passeata a favor do menor abandonado - na verdade contra a FUNABEM.

No dia 18 do corrente foram distribuídas em diversas Casas da Fundação os cartazes, convidando para a passeata (cópias em anexo).

A articulação do evento está sob o comando do Presidente da Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM, CARLOS ALBERTO IVANIR DOS SANTOS e tem a colaboração de uma ex-assistente social do Órgão, NORMA RODIGOLJ, demitida em janeiro de 1984 da Escola João Luis Alves. O citado Presidente da Associação foi criado no Órgão desde 3 anos de idade. Em 1979 tornou-se funcionário e agora volta-se contra a Instituição que o acolheu. A eles se juntam parlamentares do PDT, do PT e mais o chamado Movimento da Consciência Negra.

\*\*\*\*\*

Vide Verbo

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR  
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO  
FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO  
ART. 10 DO DECRET. Nº 20.000, DE 1954

**CONFIDENCIAL**

Mod. 05

Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

O documento “confidencial” foi recebido no MPAS e, detalha Ivanir dos Santos articulando as ações do evento enquanto presidente da ASSEAF. A importância do registro é fundamental para compreendê-lo, mobilizando uma denúncia e enfrentando à FUNABEM, pelos maus tratos e suas relações políticas com Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). Outro ponto importante e de destaque é a menção a Ivanir dos Santos como quem foi “criado no órgão desde os 3 anos de idade”, foi “ex-funcionário”, e que se voltou contra a instituição que “o acolheu”.

No entanto, pelas fontes documentais e relatos pessoais, Ivanir menciona que deu entrada na instituição com sete anos de idade, sendo levado à força pelas forças de segurança pública. Analisando as palavras utilizadas no documento, identifica-se que o órgão descaracteriza qualquer responsabilidade e menciona termos para demonstrar ingratidão de Ivanir, trazendo mais subjetividade para a denúncia, além da divergência de dados da sua idade de nascimento.

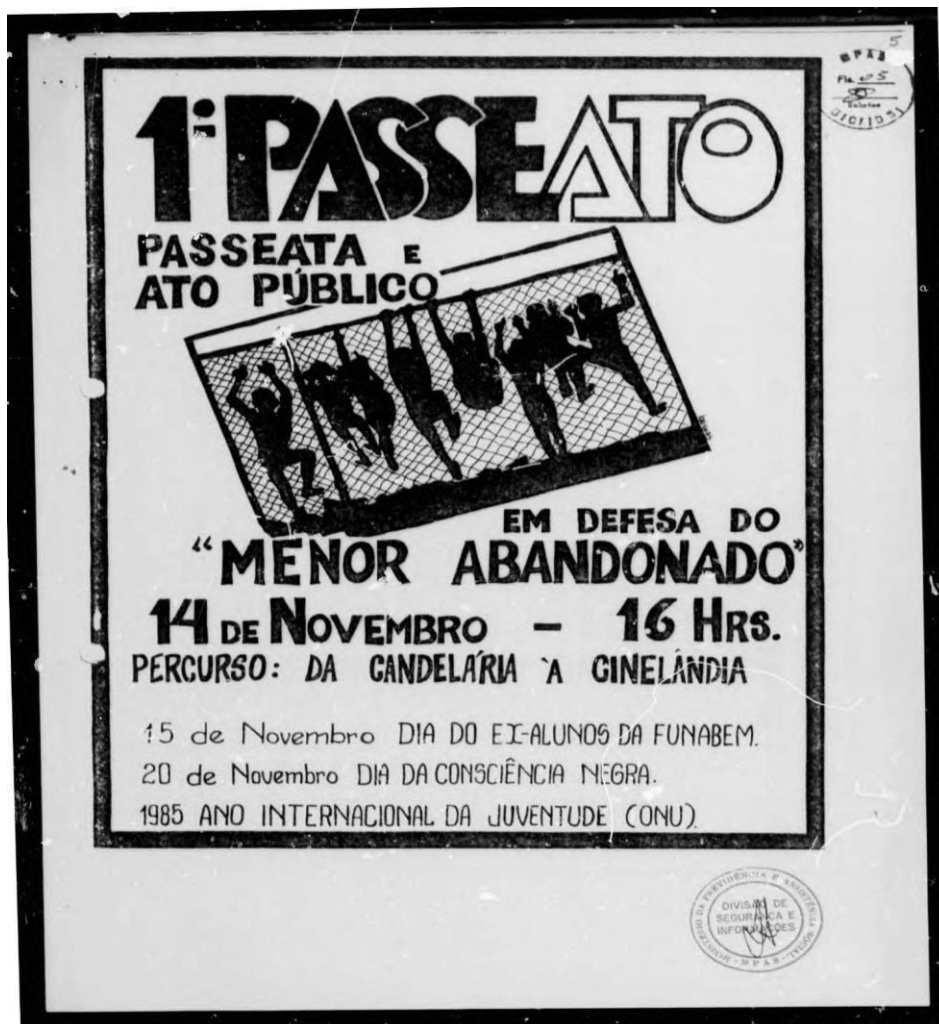
Figura 10 - Jornal do Sindicato das Assistentes Sociais (1984)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

O “Jornal do Sindicato dos Assistentes Sociais” traz a matéria com o objetivo de estabelecer uma Comissão Parlamentar de Inquérito da FUNABEM. Em destaque está o nome da assistente social Norma Rodigoli, demitida da FUNABEM por discordar do tratamento arbitrário e violento sofrido por menores. O texto menciona a presença de Ivanir dos Santos representando a ASSEAF e o convite para o ato (as manifestações da passeata do dia 14 de novembro).

**Figura 11** - Cartaz da Passeata e Ato Público em defesa do “Menor Abandonado” (1984)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

O cartaz acima informa sobre o 1º PASSEATO que foi fundamental para compreender como a luta de rua era mobilizada. Na imagem consta um desenho que conta com oito menores pendurados, retratados atrás das grades. O termo “PASSEATO” traz a ideia de que a atitude fundamental a ser tomada é a passeata. Além disso, de forma estratégica, cita datas importantes no documento e a importância da pauta racial.

**Figura 12** - Cartaz da Passeata e Ato Público contra a violência ao “Menor Abandonado” (1984)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

Em outro cartaz da mobilização sobre o PASSEATO traz a charge com os personagens discursando sobre a crítica à Lei do Ventre Livre, uma lei em que os menores ainda não se vêem amparados socialmente, se sentindo à margem da sociedade. A imagem é simbólica e destaca uma professora explicando no quadro as perguntas de um menor. Além disso, novamente, cita datas importantes e a importância da pauta racial. Em relato, Ivanir dos Santos (2025) diz:

foi incluído no sindicato porque tinha uma assistente social chamada Norma que trabalhava comigo na FUNABEM, na João Luiz Alves, junto com o Roberto que era um professor de orientação religiosa, e também tinha o mestre Jorge que era um negro, o professor de artes plásticas e apoiou esse encontro dos menores. E a Norma era uma ativista do sindicato e diretora do sindicato, então ela que veio junto na articulação dessa atividade. Ela era do PT, na formação do PT na época. E ele que nos traz essa denúncia, e nos traz também dois alunos da João Luiz Alves na época que era o Tadeu e o Odinaldo, que fazia as denúncias contra os maus tratos que aconteceu na João Luiz Alves, então foi por essa razão que acabou saindo no jornal do sindicato. A Norma que participou das reuniões na ASSEAF e que nos trouxe os ex-alunos que formularam essa denúncia (Santos, 2025).

Com isso, temos a trajetória de uma figura importante, como a de Ivanir dos Santos que pavimentou um caminho burocrático, do processo de denúncia à formação de grupos de apoio para fortalecer, e até mesmo agilizar reivindicações de políticas públicas para o bem-estar de todo e qualquer menor. O “Informe do Ministério da Previdência e Assistência Social”; o “Jornal do Sindicato das Assistentes Sociais; o “Cartaz da Passeata e Ato Público” em defesa do “Menor Abandonado”; enfatizam como a participação de Ivanir foi importante em cada um dos processos políticos. Da mesma forma, precisamos trazer quais foram as políticas que derivam dessa sua participação, como parte do processo de “construção” do que era a FUNABEM, resultou em dois diferentes caminhos no que diz respeito às políticas públicas do Rio: a segurança pública (levando em conta a truculência sobre como Ivanir foi levado à FUNABEM) e a sua influência na formulação de políticas de infância. Sua trajetória vai de interno a militante dos direitos humanos.

#### 4.2 BOLETIM FRENTE NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA (FNDDC) NO RIO DE JANEIRO (1986)

O presente documento traz o jornal do Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC), de setembro de 1986, destacando o “Seminário FUNABEM/FEEM”, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 22 e 24 de agosto de 1986.

Figura 13 - Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (1986)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

Figura 14 - Boletim Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (1986)

6 - Boletim FNDdC - Setembro 86

**SEMINÁRIO FUNABEM/FEEM** 22, 23 E 24 DE AGOSTO

**O DOCUMENTO**

# Conseguir um emprego, meta e preocupação dos internos

*O que fazer, após saírem da Funabem? Essa dúvida está expressa na conclusão do seminário feito no Rio de Janeiro*

A dificuldade de conseguir um emprego quando deixam as instituições é uma das principais preocupações dos internos da Funabem e Feem, concluiu o I Seminário de Alunos da Funabem/Feem do Rio de Janeiro. A marginalização e a discriminação por parte da sociedade em relação aos menores infratores torna quase impossível a oportunidade de trabalho para os diplomados na Funabem, e isso representa para os internos o início da criminalidade e o ingresso para os presídios.

Mas além de temer pelo futuro, os internos dessas instituições desejam também um presente mais digno. É que revela um documento final extraído do seminário, contendo três folhas de reivindicações, e entregue aos presidentes da Funabem e Feem, Marina Bandeira e capitão José Heleno Barbosa, e ao coordenador nacional da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDdC) Hélio Augusto de Souza.

Em meio a muitas questões, que envolvem não só as próprias instituições mas principalmente a comunidade que não os aceita, os menores se autodenominam crianças carentes, perfeitamente recuperáveis, sedentos de uma oportunidade para provar essa tese. E ainda, pedem às autoridades, especialmente aos políticos, que suas reivindicações não permaneçam sepultadas num papel, mas que sejam ponto de partida para a estruturação de uma política para o menor. "Quero que este seminário não seja mais um golpe político querendo ganhar votos em cima dos menores" — diz um dos itens do documento.

O primeiro tema proposto pelo seminário de alunos — "Quem Somos Nós" — foi respondido pelos internos: "Somos jovens que precisamos de apoio, carinho e compreensão. Somos jovens que a sociedade está desprezando, e que depois não podem reclamar". Inspirados pela concepção dos adultos, os próprios menores apresentaram-se no seminário como um grupo distintamente dividido entre carentes, abandonados e infratores, todos sem possibilidades de frequentar as escolas, discutir seus direitos, "a procura de um futuro que a sociedade não deixou nossos nós nos dar".

Mas embora a sociedade os diferencie, eles afirmam no documento: "somos iguais, e pelo motivo de termos cometido algum delito não merecemos ser tratados como animais. Somos jovens que queremos caminhar mas as pessoas não deixam. Nós somos sempre a intriga, pois nem as pessoas sabem detalhar de fato quem somos nós".

Na leitura do documento final, a meta do futuro

"O Que Pensamos?" e "O que mais o povo pode pensar se a própria sociedade nos espanca, nos estufa, colocando-nos atrás de uma muralha. Com essa afirmação, os internos da Funabem/Feem resumem a segunda parte do documento, avaliando como a sociedade os vê e o que eles pensam sobre isso. "Será que a sociedade pensa que somos diferentes dos outros? Ou pensam que não temos possibilidade de termos ajuda?", pergunta o documento.

No próprio texto, os menores responderam: "Pensam que não somos capazes de trabalhar, estudar e nem fazermos coisas úteis. Pensam que não temos raciocínio, nem inteligência, e que não temos sentimentos. Pensam que não somos capazes de nos recuperarmos de uma coisa que fizemos no passado e se esquecem que precisamos de ajuda". E diante dessa produção, os internos ainda têm uma pergunta: "Será que a sociedade não tem meio de saber que nosso próprio futuro não depende de nós mesmos?".

"O Que Queremos?"

Desjando fazer parte da sociedade e ter o direito de até mesmo frequentar bailes, falar ao telefone e receber cartas sem que elas sejam abertas pelas instituições, os internos da Funabem e Feem listaram suas denúncias, traduzindo através delas as suas reivindicações. Ser alguém na vida é a primeira frase dessa terceira parte do documento, o que para os internos pode ser traduzido pelo simples fato de poder prestar o serviço militar.

Misturando perguntas, denúncias e reivindicações, os internos da Funabem e Feem pedem igualdade e justiça. "Queremos que todos sejam tratados da mesma maneira nas prisões. Somos humanos iguais e mesmo sendo de favelas, não queremos ser colocados em locais indevidos, que nossa idade não permite. Não queremos que menores durmam em corredores por excesso de lotação. E também que as autoridades olhem para a nossa comida, que vem com pedras e bichinhos. Queremos que a Funabem/Feem coloque seus melhores alunos no quadro de funcionários e nos dê maior liberdade".

Na última parte do documento — que, segundo denúncias, teria sido anexada ao relatório dos menores sem contudo ter sido escrita por eles — os internos pedem renda mais justa (atualmente eles recebem 20 cruzeiros por mês pelos trabalhos) mais oportunidade para expressarem seus pensamentos e garantias de atendimentos às suas reivindicações.

Ex-aluno acusa texto final de manipulado

O documento final do I Seminário de Alunos da Funabem/Feem do Rio de Janeiro não representa a real pauta de reivindicações dos menores das instituições — apontou antes mesmo do final do encontro o presidente da Associação dos Ex-Alunos da Funabem, Carlos Ivanir dos Santos, interno entre 1958 e 1973. No encerramento do seminário, com os menores que leram o documento engastados com palavras como "autoritarismo" e "subversivo" — que constam do texto final —, Ivanir disse ter a comprovação do que denunciara: "Essa linguagem não é de um interno da Funabem. Um interno jamais se referiria ao seminário como um evento, como está aí no texto, e nem usaria palavras como autoritarismo e subversivo, que lhe são totalmente estranhas".

— Nada de concreto se conseguiu através de um seminário manipulado, com o foi esse — disse o presidente da Associação dos Ex-Alunos da Funabem: "Depois dessa festa toda, a situação vai a ser como antes, como aconteceu com os menores de rua que foram até Brasília. Acabado tudo, voltaram a ser somente meninos de rua. Concretamente, nada foi feito para melhorar a perspectiva de vida e de reabilitação do menor infrator". Apontando o muro de mais de cinco metros que cerca o complexo da Funabem, Ivanir afirmou: — Enquanto não derrubarem esse muro, nada vai mudar. Como vão querer que eles consigam emprego saindo daqui, se a própria comunidade não aprende a conviver com eles, a não ser pelo estigma do menor infrator, do menor marginal.

Veja grupos debaterem os temas do seminário

Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

O Jornal traz a cobertura da ação ocorrida no Rio de Janeiro. A matéria faz parte de uma articulação de todos os estados do Brasil que estavam discutindo as proposições da FNDdC. Vale ressaltar que foi a primeira vez em que os menores internos participaram de um ato de discussões referidas a eles. As páginas do Jornal dispostas nas figuras 13 e 14 trazem a cobertura de ações ocorridas no Rio de Janeiro. O ponto central aqui é a fala de Ivanir dos Santos, fundador e presidente da ASSEAF, na ocasião. A origem deste material situa-se ainda em um contexto histórico anterior à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1998). Em relato, Ivanir (2025) afirma que:

na Constituinte nós tínhamos um sonho que era intervir na constituinte justamente que olhasse para a questão das crianças e adolescentes no Brasil. Então primeiro houve um grande seminário sobre constituinte no Hotel Glória, no qual a jornalista Tânia Coelho me colocou numa mesa para falar sobre isso, com a participação da sociedade civil em geral, os movimentos

ainda estavam crescendo nesse período da reabertura política do país, ali marcava a reabertura política. Então nós tivemos ali um papel de formulação que a gente achava que a questão do menor não tinha nada a ver, era a questão de criança que não tinha o seu direito de criança respeitado pela sociedade, pelo Estado brasileiro. E logo conseqüentemente com a articulação da Pastoral do Menor, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, com o Movimento de Defesa do Menor, da Lia Junqueira de São Paulo, com o Júlio Lancellotti que também participou, o Bento Rubião e a ASSEAF, houve uma articulação nacional no qual resultou no art. 228<sup>2</sup>, é o artigo que abre brecha para tratar diferente a questão da criança. E posteriormente a partir de uma campanha feita pelo CEAP em 91 chamada “Não Matem as Nossas Crianças”, foi o que acabou reverberando um relatório que tratou o extermínio de criança e adolescente no Brasil, foi traduzido para o inglês, houve uma campanha na Europa e eu viajei a Europa toda denunciando a questão aqui no país. E que acabou criando uma massa crítica não só no mundo, mas também no país, e que gerou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então a Constituinte foi um ponto fundamental para isso o caso da criança e do adolescente, claro que também houve uma argumentação do negro na Constituinte, foi uma coisa muito articulada em conjunto (Santos, 2025).

Ivanir (2025) relata a importância da Constituinte para a inclusão dos direitos das crianças e adolescentes na agenda nacional, mencionando o papel de seminários, como o realizado no Hotel Glória, e a crescente participação da sociedade civil durante a reabertura política do país. Ele destaca a articulação entre diferentes movimentos sociais, como a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e outras organizações, que culminou na criação do artigo 228 da Constituição, abrindo caminho para um novo tratamento legal à infância. Portanto, todo esse processo demonstra que avanços significativos na garantia de direitos só são possíveis quando há envolvimento coletivo, escuta ativa dos sujeitos afetados e persistência na luta política e social.

#### 4.3 DOCUMENTO DA MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA EM BRASÍLIA (1996)

A “Marcha Zumbi dos Palmares”, em referência ao último líder do Quilombo dos Palmares, localizada na Capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas. A referida marcha foi realizada em 20 de novembro de 1995, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Nesta parte do documento, que foi lançado em 1996, temos um registro que evidencia como a participação de Ivanir dos Santos se faz presente na agenda do Movimento Social Negro.

A imagem abaixo ilustra militantes marchando em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi pelas ruas de Brasília. Os participantes carregam faixas e bandeiras com diversas reivindicações e manifestações do MNU, dentre outros e outros movimentos sociais, de partidos políticos de

<sup>2</sup> O artigo 228 da Constituição Federal de 1988, mencionado por Ivanir dos Santos, estabelece que os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis, devendo ser submetidos às normas da legislação especial destinada à infância e juventude.

esquerda, indicações de representações dos estados na marca e símbolos da africanidade e da memória de Zumbi dos Palmares.

**Figura 15** - Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a vida (1996)



Fonte: Acervo da Fundação Perseu Abramo, 2024.

**Figura 16** - Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida (1996)

sabe-se que no plano das representações simbólicas que se tem do Brasil, essas meninas encontram-se prisioneiras do que começa a

ser designado como "marketing da cor", sendo consideradas "meninas de sangue quente".

**2.4 A violência racial**

O crescente desaparecimento de postos de trabalho tem como contrapartida o agravamento da situação daqueles contingentes populacionais economicamente "desnecessários", passíveis de eliminação física pura e simples.

Assenta-se nesta premissa a impassividade dos governos diante do crescimento da população de rua, dos meninos e meninas que perambulam pelos grandes centros urbanos e da ação dos grupos de extermínio.

A violência racial é evidente: de 1970 a 1992, a Polícia Militar de São Paulo matou cerca de 8.000 pessoas; das 4170 vítimas identificadas, 51% eram negras, numa cidade em que, segundo o IBGE, os negros somam 25% da população.

Segundo levantamentos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, das 2.000 pessoas mortas pela Polícia Militar paulista entre 1981 e 1989, duas em cada três eram negras.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sobre agressão policial, demonstra a concretude do ditado popular "Negro parado é suspeito; correndo é ladrão": em 1988, 3,9% da população branca sofreram agressão policial e 10,7% dos negros passaram pela mesma experiência.

Levantamentos do IBASE são igualmente ilustrativos da violência racial: dados coletados entre 1984 e 1989, em 16 estados da Federação, mostram que foram registrados nos institutos médicos legais 1.397 assassinatos de menores de 18 anos. Destes, 87% eram

**DEPOIMENTO 4**

*A Marcha Zumbi Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida representou um marco na luta empreendida pelo movimento negro. No entanto, passado o momento daquela grande mobilização e esgotada a repercussão imediata é preciso que o movimento mantenha a articulação para definir a agenda, as táticas e estratégias de ação que nos permitam conservar a iniciativa política. Para que alcancemos este objetivo devemos considerar a hipótese de realizarmos Encontros Regionais, um Encontro Nacional e futuramente um Congresso.*

*Com o objetivo de atender a estas demandas, temos claro que a militância calcada apenas na denúncia da discriminação e do racismo não contemplaria o complexo conjunto de interesses da população afro-brasileira, precisamos partir agora para a materialização de ações propositivas, entre elas a indicação do voto racial nas eleições municipais.*

**Ivanir dos Santos**  
Executiva da Marcha/CEAP

18

Fonte: Acervo da Fundação Perseu Abramo, 2024.

Por outro lado, já como representante executivo da Marcha pelo CEAP, o documento acima é o registro da função que Ivanir teve dentro da ação política em um momento histórico para o Movimento Social Negro, no Brasil. Este arquivo é um fragmento da contribuição de Ivanir dos Santos dentro do MNU. Em relato, Ivanir (2025) nos informa o seguinte:

a Marcha de 95 vai se dá logo depois do 1º Encontro Nacional de Entidades Negras, onde o MNU era única entidade contrária ao encontro nacional e acabou não participando, e por ironia do destino a ideia da Marcha veio no MNU do seu coordenador nacional na época que era o Édson Cardoso, que me procurou para falar sobre a possibilidade na Marcha Nacional, logo de cara o CEAP abraçou e conseguiu aprovar na Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), mais o Fórum de Mulheres Negras, CUT, UNEGRO, a Pastoral. Acabou trazendo todos os conjuntos das entidades negras a apoiar, porque era uma Marcha histórica. Pela primeira vez na história teria uma marcha em Brasília na capital federal, e eu fui eleito para a executiva. Tinha uma coordenação nacional muito ampla e tinha uma executiva, de mais ou menos cinco entidades, sete entidades mais ou menos, que era executiva da marcha, o CEAP era uma delas, eu era uma delas, que passa toda uma articulação no Brasil todo, e conseqüentemente que o histórico dessa marcha é que ela vai ao presidente da república, e pela primeira vez ela oferece ao Estado brasileiro enquanto movimento social um plano de ação afirmativa, e vai também reivindicar que Zumbi seja aceito como herói nacional, e seja inscrito no Panteão da República, dos Heróis da Pátria. Então foi uma marcha que teve uma grande repercussão, grande reverberação naquele período, então o nosso papel foi justamente esse, que já era um acúmulo que nós tínhamos do encontro de articulação Nacional de Entidades Negras, no qual o CEAP e eu tive um papel muito importante junto com outras entidades, nós fundamentamos a articulação nacional, do encontro nacional. A Marcha ela é a primeira vez que o Movimento Negro de forma unida no país todo acabou estando no ato (Santos, 2025).

Sobre a organização da marcha de 95, nos documentos citados acima, nota-se que foram os primeiros momentos em que coletivos dos movimentos sociais se uniram em marcha por direitos e pelas demandas que foram levadas para Brasília. Ivanir, como militante e representante de uma instituição, foi convidado pelo fundador do MNU para atuar como executivo, demonstrando novamente seu papel fundamental na articulação dos movimentos.

Ações como essas que foram apresentadas até aqui potencializam discussões e efetivam as reivindicações propostas por diversos atores sociais. Dentro de uma análise antropológica, percebe-se que as implementações surgiram do manifesto e reivindicações da militância, com isso as relações do movimento social com o Estado foram necessárias para que a população tivesse acesso às políticas sociais.

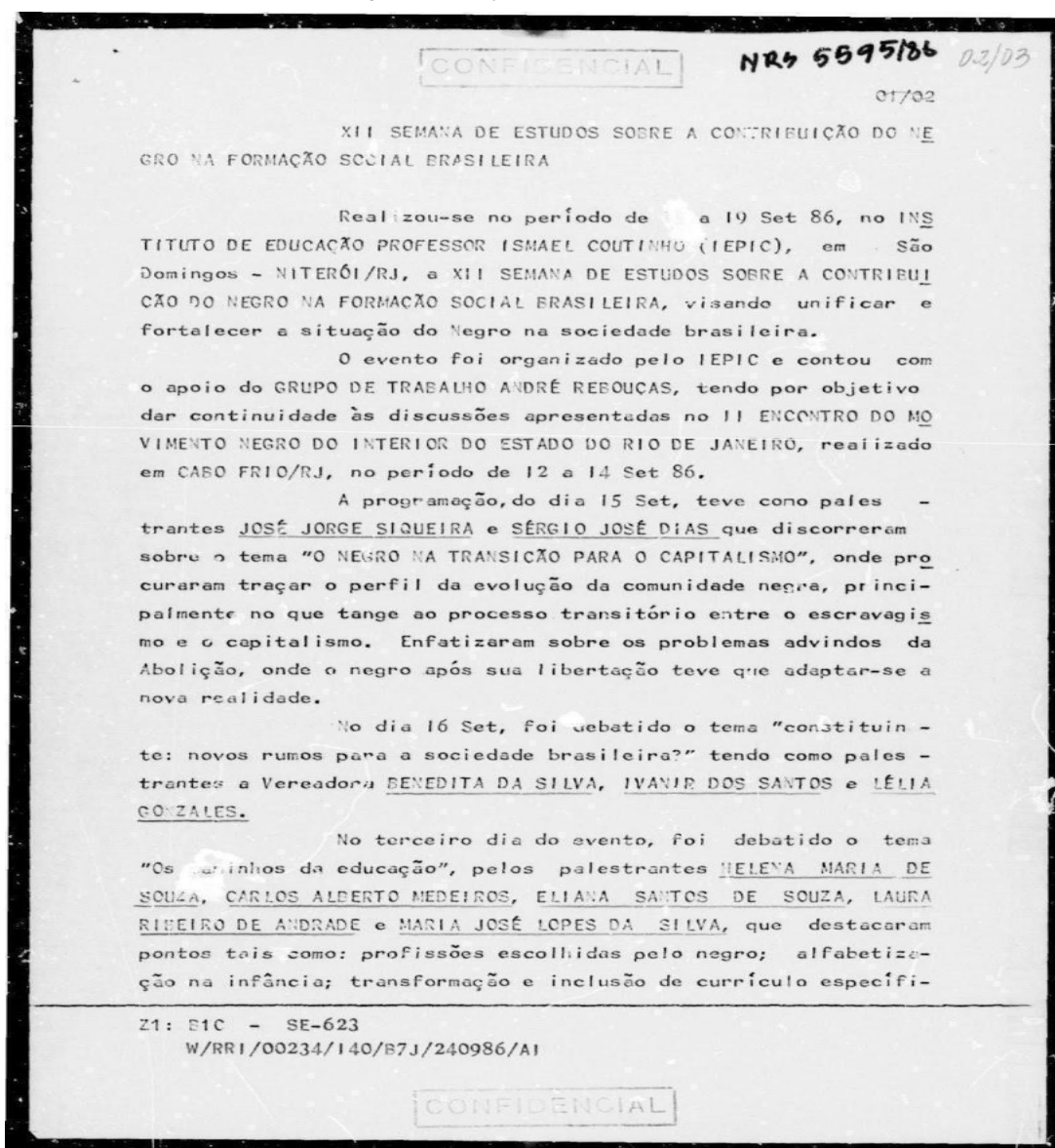
Um grande exemplo foi o Plano de Ações Afirmativas para a população negra, que desde

esse primeiro ato repercute na sociedade brasileira. Junto aos demais representantes, o documento evidencia a figura de Ivanir dos Santos como parte do contexto histórico político social. A inclusão de Zumbi como herói nacional, através da Lei nº 9.315, de 20 de novembro de 1996, dia da Consciência Negra no Brasil, o projeto de lei que foi promulgado inclui seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, na ocasião do seu tricentenário, em 1995.

#### 4.4 DOCUMENTO COM ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO (1986)

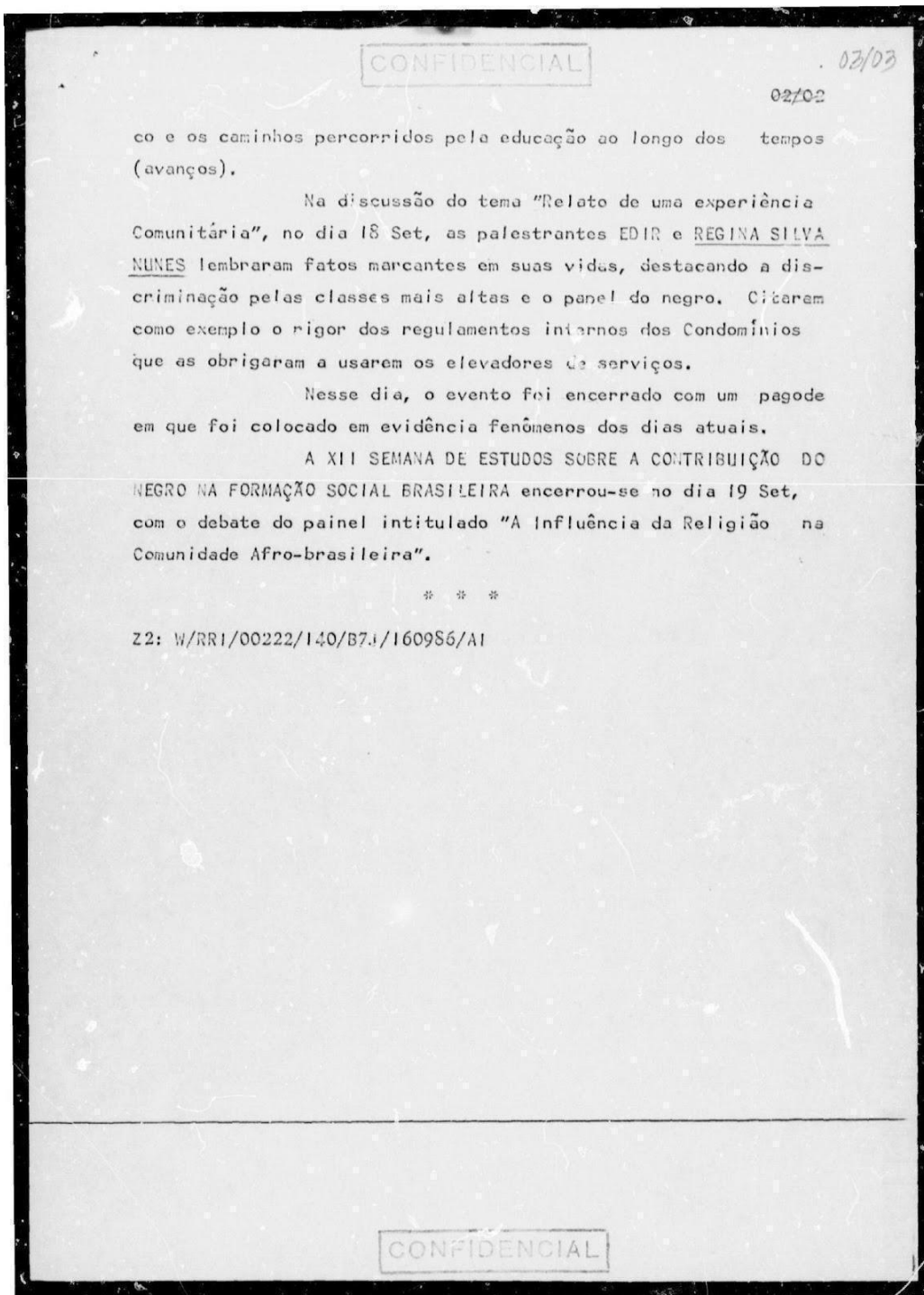
O documento destaca ativistas do Movimento Social Negro, na XII Semana de Estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira. Em destaque, está o dia 16 de setembro, em que Ivanir dos Santos está em ação com Benedita da Silva e Lélia González na apresentação da temática: *Constituinte: novos rumos para a sociedade brasileira*.

**Figura 17** - XII Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira (1986)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

**Figura 18** - XII Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira (1986)



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 2024.

O registro evidencia a luta política do Movimento Social Negro. No contexto carioca é possível notar que Ivanir dos Santos, Benedita da Silva e Lélia González estão mobilizando seus estudos no evento e apresentando conceitos a partir da constituinte. Neste período (1986), Benedita da Silva era a primeira mulher negra na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e estava indo para seu segundo mandato em 1986. Lélia González fazia parte do Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher (CNDM). Este trio demonstra uma grande proximidade entre eles, um engajamento coletivo pelo qual foram compartilhando experiências e evidenciando o compromisso do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro, promovendo ações em campo. Em relato, Ivanir (2025) nos informa o seguinte sobre essa relação entre os três:

Lélia Gonzalez eu conheci já no final dos anos 70, em reuniões no IPCN, nós juntos viramos sócios do IPCN, articulamos as manifestações públicas que houve no Rio de Janeiro de denúncia contra o racismo, e a Benedita então se elege vereadora em 82, era o Partido dos Trabalhadores e passou a ter uma relação muito forte conosco, e a Lélia era assessora da Benedita. Quando a Benedita era vereadora, então foi quando ela tinha sido candidata a deputada federal em 82, uma dobrada com a Benedita, então passamos a formular alguns trabalhos muito importantes com o mandato da Benedita e posteriormente nós vamos contribuir para que a Benedita seja eleita a deputada federal, e eu saio candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores para ajudar na eleição dela e então nós vamos formular depois, logo na frente. Em 88 a gente faz o relatório que denuncia o extermínio de crianças no Brasil, vamos formular com a Benedita uma CPI que vai tratar o extermínio de criança e adolescente no Brasil, que sai justamente do relatório que fiz através da CEAP para uma organização internacional (*Defence for Children International*), que se deu base a essa ação internacional toda (Santos, 2025).

A presença de Ivanir nesse contexto foi fundamental para a formulação de importantes avanços políticos e sociais. Um exemplo notável é a trajetória de Benedita da Silva, que ocupou cargos de vereadora, deputada federal, senadora, governadora e ministra, sempre representando o Estado e o Município do Rio de Janeiro.

O trabalho desenvolvido por Ivanir foi crucial para essa ascensão política, especialmente considerando que Benedita foi a primeira vereadora negra da Câmara do Rio de Janeiro, em 1982, e a primeira senadora negra do Brasil em 1994 — marcos históricos na luta racial e periférica. Em 2002, Benedita tornou-se a primeira mulher a governar do estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto relevante é a produção intelectual de Lélia Gonzalez, que lançou seu livro e a maior parte de seus artigos entre 1982 e 1988, como “Lugar de Negro” (1982), “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social” (1988) e “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988). Lélia também se candidatou em 1982 e 1986 à deputada federal no RJ. Essa cronologia conecta diretamente a pesquisa, pois Lélia foi uma referência teórica fundamental, transitando no Movimento Social Negro e colaborando diretamente com Ivanir dos Santos no período.

Assim, Benedita, Lélia González e Ivanir dos Santos desenvolveram uma articulação sólida que gerou oportunidades significativas para mandatos políticos e produções intelectuais, fortalecendo a luta por representatividade, direitos humanos e políticas de ações afirmativas.

Figura 19 – Lélia González e Abdias do Nascimento na Serra da Barriga, Quilombo dos Palmares/AL (1981)



Fonte: Foto por Januário Garcia - Coluna Brasil de Fato, 2024.

Figura 20 – Manifesto de Apoio à Candidatura de Benedita da Silva à Prefeitura (1992)

**ampla**  
*Edição*  
 a GLOBO/RJ  
 17 de 12 NOV 1992

## AGORA O POVO, TODO É BENEDITA.

Benedita da Silva, candidata à Prefeitura do Rio, como vereadora e deputada, construiu uma imagem nacional e internacional identificada com a defesa da cidadania e com a luta por melhor qualidade de vida para todos. A corajosa história política e pessoal de Benedita, que lhe valeu expressiva vitória no primeiro turno das eleições, é a nossa garantia de uma administração competente, transparente, ética, respaldada pela participação direta da população, sem clientelismo e sem discriminação às áreas pobres da cidade. **Benedita é a única escolha. Benedita é o nosso voto.**

**ALDIR BLANC** COMPOSITOR,  
**ALEXANDRE G. DE SIQUEIRA**,  
 DIRETOR SINDIPETRO, ALLIZIO  
 LEITE LIVREIRO, AMERIVAN  
 COUTINHO, DIR. ADM. DA PREV-  
 BANERJ, ANA LIPKE CONSE-  
 LHEIRA DO CREMERJ, ANA LUCIA  
 JESUINO PRES. ASS. BRAS.  
 ENFERMAGEM, ANTONIO GRASSI  
 ATOR, ANTONIO HOUAISS  
 MINISTRO DA CULTURA, ANTONIO  
 MANOEL G. RATTO CHEFE  
 DE GABINETE DA SEC. MUNIC.  
 DE OBRAS, ANTONIO PEDRO  
 ATOR, APOLONIO DE CARVALHO  
 MILITAR, ARTHUR LAVIGNE  
 ADVOGADO, BAYARD BOITEUX  
 PROFESSOR, BENILTON BEZERRA  
 JR, PSICANALISTA/IMS-UERJ,  
 BETE MENDES ATRIZ, BRANCA  
 MOREIRA ALVES, ADVOGADA,  
 CACA DIEGUES, CINEASTA,  
 CARLOS ALBERTO BARRETO  
 PSICANALISTA, CARLOS SENNA  
 FIGUEIREDO ENGENHEIRO/  
 ESCRITOR/CHARGISTA, CARLOS  
 HENRIQUE ESCOBAR FILOSOFO/  
 PROFESSOR ECO-UFRJ, CARLOS  
 NELSON COUTINHO PROFESSOR/  
 UFRJ, CASSIA KISS  
 ATRIZ, CANDIDO GRYBOWSKI  
 SOCIOLOGO, CANDIDO MENDES  
 PROF. E SEC. GERAL DA COM.  
 DE JUSTIÇA E PAZ, CARLOS E.  
 SENNA FIGUEIREDO SUPERIN-  
 TENDENTE DE FURNAS, CECILIA  
 COIMBRA, PSICOLOGA/PRO-  
 FESSORA UFF, CESAR D. PE-  
 REIRA CONSELHEIRO CLUBE DE  
 ENGENHARIA, CHAIM KATZ  
 PSICANALISTA, CHICO CARUSO  
 JORNALISTA, CIRO GARCIA

**DEP. FEDERAL- CONV. SOCIALISTA,** CLODOVIS BOFF TEÓLOGO ISEH, COMEA MARQUES PORTO ADVOGADA, DENISE CORREA DIR. MUSEU NISE DA SILVEIRA, DENNIS W.V.L. BARSTED ENGENHEIRO/METRO, EDMUNDO GALDINO PSDB TOCANTINS, EDUARDO MARTINS EMPRESÁRIO, EMIR SADER SOCIOLOGO, ELIRIO ZIMMERES DIR. DA ASSOC. DOS DOCENTES DA UERJ, EVANDRO LINS E SILVA JURISTA, FAUSTINO L. C. TEIXEIRA TEÓLOGO ISEH/UFRJ, FERNANDO AMARAL PRES. SIND. DOS BAICARIOS, FERNANDO GABEIRA JORNALISTA, FLORA ABREU GR. TORTURA NUNCA, MAIS, GERALDO CARNEIRO ESCRITOR, GILBERTO VELHO ANTRÓPOLOGO/MUSEU NACIONAL, GILSON PUPPIN PRES. DO SIND. PROFESSORES, GUILHERME HAESER VEREADOR, CONV. SOCIALISTA, GUSTAVO BAYER PRESIDENTE ADUERJ, HAROLDO DE OLIVEIRA ATOR, HELCIO MUNIZ SIND. NAC. DOS OFI. DE NAUTICA M. MERCANTE, HELENIHA BOCAIUYVA SOCIOLOGA, HELENA SALEM JORNALISTA, HENYO TRINDADE BARRETTO GEOLOGO/DIRETOR SINDIPETRO, HENRIQUE MENDES TORRES IPLANRIO, HILDESIA MEDEIROS PROFESSORA, ILDEU MOREIRA FISICO/UFRJ, ISAAC M. ROITMAN DIR. SINDMED, JABES RIBEIRO PSDB BAHIA/VICE LIDER NA CÂMARA, JACQUELINE PITANGUY SOCIOLOGA, JAIR SIMOES PRES. FED. DOS URBANITARIOS, JANDIRA FEGALLI DEP. FEDERAL, PO do B, JOAO MANOEL G. BARBOSA PRES. SIND. ECONOMISTAS, JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURAQ ANTRÓPOLOGO/COORD. NAC. DA FASE, JOSE MARCIO CAMARGO PROFESSOR PUC/PRESIDENTE DO IERJ, JOSE TEIXEIRA MACHADO JR. ADVOGADO APOSENTADOS, LEANDRO KONDER FILOSOFO/PROFESSOR DA UFF/ PUC, LEILA LINHARES BARSTED ADVOGADA, LICINIO DA SILVA PORTUGAL COPPE/UFRJ LISZT VIEIRA ECOLOGISTA/COORD. FORUM DAS ONG'S, LUCIA SOUTO DEPUTADA ESTADUAL/ PPS, LUIS FERNANDO GUTMAN DIRETOR DO CLUBE DE ENGENHARIA, LUIS MENDONÇA

**PROFESSOR DE TEATRO,** LUIS PINGUELI ROSA FISICO/FORUM DE CIENCIA E CULTURA, LUIS ROBERTO TENORIO PRESIDENTE DO SIND. DOS MEDICOS, MACALE CANTOR/COMPOSITOR, MADEL LUZ COORDENADORA, PÓS GRADUAÇÃO IMS/UERJ, MARCO ANTONIO BRASIL PSQUIATRA/COORDENADOR CPP II, MARCIO TAVARES D'AMARAL POETA/FILOSOFO/ UFRJ, MARIA SCHUMARER (SHUMA) CINEASTA, MARIA DA CONCEICAO TAVARES ECONOMISTA, MARIA C. S. MACHADO ADVOGADO APOSENTADOS, MARIA DA GRACA NEVES ADMINISTRADORA/IBAM, MARIA ISABEL MENDES DE ALMEIDA SOCIOLOGA, MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA, DIRETOR IDAC MILTON TENER, JORNALISTA, MIRIAM GOLDENBERG ANTRÓPOLOGA/MUSEU NACIONAL UFRJ, MIRIAN LANGENBACH PSICOLOGA/PROG. VIDEOS ECOLOGICOS/ PUC, MIRIAM LIMOEIRO CARDOZO SOCIOLOGA/PROFESSORA UFRJ-UFF, MIRTHA RAMIRES PSICANALISTA/PESQ. SOBRE MENINAS DE RUA, MOZART SCHMITT ENGENHEIRO QUIMICO/ DIRETOR SINDIPETRO MUNIZ SODRE, PROFESSOR UFRJ, NAIR JANE ASSOC. DAS EMPREGADAS DOMESTICAS, NELSON PEREIRA DOS SANTOS CINEASTA, OSMAR PRADO ATOR, PAULO CESAR PINHEIRO COMPOSITOR, PAULO GADELHA, DIRETOR DA CASA OSWALDO CRUZ, PAUL GUILHERME CORREA ECONOMISTA/ PROF. CANDIDO MENDES, PAULO GRANJA SINDICATO DOS ENGENHEIROS-RJ, PAULO MAURICIO LOURENÇO CHEFE DE DEP. DO IMS/UERJ, PAULO MOURA MÚSICO, PEDRO PELLEGRINO PSICANALISTA, PHILOMENA GEBRAN HISTORIADORA/ PROFESSOR UFRJ, RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES ADVOGADO TRABALHISTA/ ASSESSOR SINDICAL, RENATO PEIXOTO VERAS VICE-DIRETOR DO INST. DE MEDICINA SOCIAL, RENE DREIFUSS PROFESSOR UNIVERSITARIO, RICARDO PERET PSQUIATRA/DIR. HOSP. P. PINEL ROBERTO CHABO MEDICO, ROSANE REIS DEFENSORA PUBLICA, ROSE MARIE MUIRARO

Fonte: Acervo CEAP, 2025.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a explorar o impacto do Movimento Social Negro no Rio de Janeiro na formulação de políticas públicas de direitos humanos, destacando a liderança de Ivanir dos Santos no período de 1980 a 2000. A trajetória de Ivanir foi marcada por experiências de luta desde a infância, revelando como as vivências de maus-tratos converteram-se em reivindicações por direitos, que se iniciaram, de forma mais sistemática no SAM e na FUNABEM. A pesquisa demonstrou que sua capacidade de articulação política, que foi importante para a transformação de demandas sociais em políticas públicas, a extinção da FUNABEM e a elaboração do ECA são resultados da atuação.

Além disso, a fundação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP e a participação na criação da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos no Governo do Estado do Rio de Janeiro evidenciam a importância de Ivanir dos Santos como um defensor ativo dos direitos humanos. Sua atitude transcende a pauta racial, inserindo-se nas causas que beneficiam grupos minoritários e a sociedade em geral. O estudo também destacou a necessidade de mais visibilidade para as ações do movimento social em defesa dos direitos humanos no Brasil que demonstram em especial a ação de Ivanir dos Santos.

A investigação trouxe documentos históricos que destacou o papel de Ivanir com um elo entre a militância e os estudos, ressaltando a importância de considerar aspectos culturais e identitários na busca por direitos. No entanto, há uma necessidade de pesquisas mais aprofundadas levando em consideração sua grande contribuição, assim como a preservação de arquivos históricos da produção de conhecimento da população negra. Identifica-se que os acervos são essenciais para fortalecer essa luta: há um apagamento dos registros de seus personagens notórios.

Embora a pesquisa tenha sido focada no recorte temporal que vai de 1980 a 2000, a mobilização de Ivanir dos Santos representou uma cooperação significativa que impactou na formação social do indivíduo e promoveu uma construção de sentido coletivo para a população negra para além do período. Com isso, sugiro uma abordagem mais especializada dessas atuações, a qual demanda especificidade dos saberes que Ivanir traz para desdobramentos de trabalhos futuros.

A memória de resistência e a compreensão das necessidades de reparações históricas são fundamentais para a formação da identidade social brasileira. Ivanir dos Santos, com mais de 50 anos de militância, continua sendo uma voz ativa na luta pelos direitos humanos, desafiando a desigualdade que persiste no Brasil – um Estado democrático de direito onde os direitos ainda não são iguais para todos.

Por fim, o caminho traçado por Ivanir dos Santos é um exemplo de como a liderança periférica pode trazer subsídios valiosos para o Estado brasileiro, merecendo reconhecimento e valorização. Este trabalho acadêmico não apenas resgata sua trajetória, ele é parte do resgate da história social, cultural e contexto social do povo afro-brasileiro. Esta monografia convida à reflexão sobre a importância de Carlos Alberto Ivanir dos Santos para os Direitos Humanos do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acervo do Arquivo Nacional**. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (“Lei Caó”). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.315, de 20 de novembro de 1996. Inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 1996.
- CENPT. **Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Distrito Federal: por uma política de combate ao racismo e a desigualdade racial. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda., 1996**. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/5393>. Acesso em: 19/02/2024.
- COSTA JÚNIOR, José, S. O que pode um relato? A presença de um ex-interno do SAM e da FUNABEM na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987-1988). **Revista Sociais & Humanas**, v. 33, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175843788>. Acesso em: 20/10/2024
- CULTNE. **Marcha Zumbi dos Palmares - 1995 - Brasília DF**. Youtube, 18 de novembro de 2020. 14min45s. Disponível em: <https://youtu.be/I6gKTRXCPQA?si=WAkcfkQQy8x-PcL->. Acesso em: 20/02/2025.
- CULTNE. **Movimentos Sociais**. Plataforma Cultne.acervo, 19 de outubro de 1985. 03min06s. Disponível em: <https://acervo.cultne.tv/movimentos-sociais/militancia-negra/304/prof-dr-babalawo-ivanir-dos-santos/video/1159/i-encontro-de-favela-e-periferia-1985>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- DAMINELLI, Camila Serafim. **A ditadura militar entregou o estigma da minoridade**. História da Ditadura: 03/04/2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/a-ditadura-militar-entregou-o-estigma-da-menoridade>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- FILHO, Jaime. **O homem da lei**. Quatro Cinco Um: 24/11/2021. Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/artigos/liberdade-e-autoritarismo/o-homem-da-lei/>. Acesso em: 02 mar. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Elizabeth Leeds**: inventário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p.727-744, set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>. Acesso em: 13/07/2025.
- GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
- GONZÁLEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5:2, nov./dez. 1988.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Brasil: IBGE Educa Jovens, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ**, 05/novembro/2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/>. Acesso em: 22/06/2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: Saraiva, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Ivanir dos. **“Longevidade não pode ser lida só pela questão genética ou cronológica”.** Entrevista cedida ao Instituto de Longevidade MAGA: 21/11/2023. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-e-comportamento/inspiracao/ivanir-dos-santos/>. Acesso em: 06/03/2025.

SANTOS, Ivanir dos. **"FACES NEGRAS": Ivanir dos Santos revela como transformou sua história pessoal em luta por direitos coletivos.** Entrevista cedida a Eliane Santos, G1 Rio, em 12/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/g1-15-anos/noticia/2021/09/12/faces-negras-ivanir-dos-santos.ghtml>. Acesso em: 24/02/2025.

SANTOS, Ivanir dos. [Ivanir dos Santos e Benedita da Silva]. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2025. Publicação em: Instagram: @ivanirdossantos.rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DKsZvZDpEJ7/>. Acesso em: 29/06/2025.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SEM TERRA, Movimento. **Milton Barbosa, Movimento Negro Unificado.** Youtube, 29 de julho de 2020. 10min54s. Disponível em: [https://youtu.be/9pzwAj8cV9w?si=IcmVB2Q\\_mCU9\\_y9](https://youtu.be/9pzwAj8cV9w?si=IcmVB2Q_mCU9_y9). Acesso em: 20 fev. 2025.

SETOR DE COMUNICAÇÃO DECANIA CFCH. **Benedita da Silva: Convite solenidade de Entrega do Título de Doutora Honoris Causa.** Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 2025. Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/decania/noticias/1671-benedita-da-silva-convite-solenidade-de-entrega-do-titulo-de-doutora-honoris-causa>. Acesso em 29/06/2025.

SOUZA, Sérgio da Rocha. O Movimento Negro e a contemporaneidade: novos caminhos. In: **X CONGRESSO INTERNACIONAL DE ALADAA: CULTURA, PODER E TECNOLOGIA: ÁFRICA E ÁSIA FACE À GLOBALIZAÇÃO.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2021. Disponível em: <https://aladaainternacional.com/x-congreso-internacional-de-aladaa-cultura-poder-e-tecnologia-africa-e-asia-face-a-globalizacao/>. Acesso em: 24/02/2025.

VENTURA, Tereza. O significante racial: anistia, reparação e justiça. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 36, p. e0103, 2022. DOI: 10.5965/2175180314362022e0103. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314362022e0103>. Acesso em: 14/06/2025.

## ANEXOS

**Figura 21** - II Colóquio sobre Direitos Humanos e visita de Danielle Mitterrand. Da direita para a esquerda: Francisco Rezek (Ministro), Danielle Mitterrand, Antonio Ibanez Ruiz (Reitor UNB), Marilena Chaui (Professora) e Ivanir dos Santos (1992)



Fonte: Site da Universidade de Brasília - Arquivo Central (AtoM UnB), 2025.

**Figura 22** – Registro em jornal estadunidense destacando Ivanir como Defensor dos Direitos das Crianças do Brasil Anistia Internacional (1993)



Fonte: Foto por Evan Richman - Boston Globe, 2024.